CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 82

Ano XXVIII - Abril 2021

Mala Direta Postal
Básica
9912283873/DR-SPM
CRMV-SP
...CORREIOS...
Fechamento autorizado.
Pode ser aberto pelo ECT.

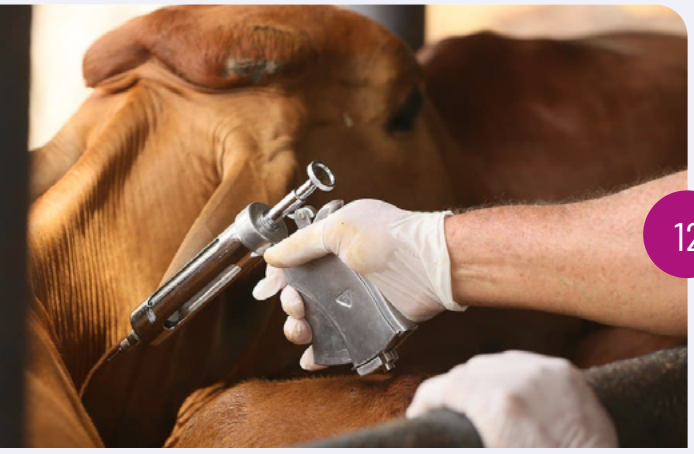
Rua Vergueiro, 1753/1759 - 4° e 5° andares
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo/SP

Febre aftosa: Brasil tem novas áreas livres sem vacinação

Eleições CRMV-SP: Chapa Integração é eleita com mais de 60% dos votos

Campanha nacional enfatiza o protagonismo dos zootecnistas

ÍNDICE



12

20

31

4 **Por dentro do Conselho**

8 **Fazendo a Diferença**
Neurologia Veterinária brasileira: uma área em contínua evolução

9 **Você no CRMV**
Fabio Alexandre Paarmann: vigilância e captação de dados sobre doenças são o grande desafio da saúde animal

10 **Entrevista**
"Agronegócio brasileiro como um todo vem há muito tempo sendo o grande alicerce da exportação", afirma Odemilson Donizete Mossero

12 **Especial**
Brasil amplia zonas livres de febre aftosa sem vacinação

19 **Opinião**
A febre aftosa e o paradigma da detecção precoce

20 **Perspectiva**
Chapa Integração é eleita com 63,6% dos votos e irá gerir o CRMV-SP a partir de agosto

23 **CRMV Responde**

26 **Empreender**
Profissionais orientam como se preparar para se destacar no mercado

28 **Perspectiva**
Campanha do sistema CFMV/CRMVS enfatiza o protagonismo dos profissionais da zootecnia

31 **Perspectiva**
Determinação é o combustível que move a primeira zootecnista a assumir a diretoria do IZ

32 **Atualize-se**

33 **Nas Comissões**

35 **Publicações Oficiais**

35 **Transparência**

FALE COM A REDAÇÃO

Endereço: Rua Vergueiro, 1753/1759 - 4° e 5° andares
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo (SP)
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br

fb.com/crmvsp @crmv_sp @crmvsp

www.crmvsp.gov.br
Acesse e confira o conteúdo exclusivo.

CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 82 – 2021

Diretoria Executiva
Presidente: méd.-vet. Mário Eduardo Pulga. ***Vice-presidente:*** méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. ***Secretário-geral:*** méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos. ***Tesoureiro:*** méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. ***Conselheiros efetivos:*** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Fábio Fernando Ribeiro Manhoso; méd.-vet. Luiz Claudio Nogueira Mendes; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mitika Kuribayashi Hagiwara; méd.-vet. Otavio Diniz. ***Conselheiros suplentes:*** méd.-vet. Carlos Augusto Donini (*in memorian*); méd.-vet. Haroldo Alberti; méd.-vet. Leonel Rocha; zoot. Luiz Marques da Silva Ayroza; méd.-vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. ***Chefe de gabinete:*** Renata da Silva Rezende.

Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

Araçatuba | Rua Oscar Rodrigues Alves, 55, 7º andar, sl. 12
Fone/fax: (18) 3622-6156
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

Botucatu | Rua Amando de Barros, 1.040
Fone/fax: (14) 3815 6839
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

Campinas | Av. Dr. Campos Sales, 532, sl. 23
Fone/fax: (19) 3236 2447
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

Marília | Av. Rio Branco, 936, 7º andar
Fone/fax: (14) 3422 5011
E-mail: dr.marilia@crmvsp.gov.br

Presidente Prudente | Av. Cel. José Soares Marcondes, 983, sl. 61
Fone: (18) 3221 4303 | Fax: (18) 3223 4218
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

Ribeirão Preto | Rua Visconde de Inhaúma, 490, cj. 306 a 308
Fone/fax: (16) 3636 0261
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

Sorocaba | Rua Riachuelo, 460, 10º andar, sala 1005
Fone/fax: (15) 3224 2197
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

Taubaté | Rua Jacques Felix, 615
Fone: (12) 3632 2188 | Fax: (12) 3622 7560
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

Coordenadoria de Comunicação e Eventos
Editor responsável: méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos
Jornalista responsável: Laís Domingues – MTB: 59.079/SP
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br
Redação: Gisele Donato – MTB 22.429/SP
Colaboração: Deisy de Assis - MTB: 63.300/SP

Sede do CRMV-SP
Rua Vergueiro, 1753/1759, 4º e 5º andares
Vila Mariana, São Paulo (SP) - CEP 04101-000
Fone: (11) 5908 4799 / Fax: (11) 5084 4907
www.crmvsp.gov.br

Projeto gráfico: Patricia Okamoto | Tikinet
Diagramação: Elen Carvalho | Mota Produções
Revisão: Anderson Floriano | Mota Produções
Capa: iStockphoto / SelectStock
Impressão: GDD EDITORA GRÁFICA EIRELI
Tiragem: 42 mil exemplares

ACERVO CRMV-SP

Mário Eduardo Pulga
Presidente do CRMV-SP

NOVA CONQUISTA NO CONTROLE DA FEBRE AFTOSA

Caros colegas,

Mesmo diante do triste recrudescimento da pandemia da Covid-19, o CRMV-SP continua, de maneira transparente, prestando serviços aos profissionais, empresas e à sociedade; e segue disseminando informação de qualidade e orientando profissionais.

Também temos lutado para garantir que os médicos-veterinários continuem seu trabalho com segurança, sendo imunizados contra a Covid-19 dentro do grupo prioritário de profissionais da saúde. Além de oficiar mais de 50 municípios e o Governo do Estado de São Paulo, o CRMV-SP entrou com uma ação de abrangência estadual na Justiça Federal de São Paulo e tem articulado politicamente para fazer valer o reconhecimento que há anos temos do Conselho Nacional de Saúde e do próprio Ministério.

Ainda que enfrentemos, há mais de um ano, os impactos sanitários e econômicos da pandemia, é sempre importante ressaltar a relevância do trabalho dos médicos-veterinários no contexto da saúde pública e do abastecimento alimentar da população.

Por isso, as notícias positivas relacionadas ao Agronegócio devem ser enfatizadas. Uma delas, certamente, é a ampliação das zonas livres de febre aftosa sem vacinação no Brasil, reconhecimento que será avaliado, em maio, durante a 88ª Assembleia Mundial dos Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Com o aval internacional, o mercado certamente se abrirá ainda mais à carne brasileira, que já possui alta qualidade e preços bastante competitivos. A partir daí, as exportações tendem a aumentar e, com isso, o Agronegócio se destaca ainda mais como locomotiva do desenvolvimento do País.

A febre aftosa é tema da matéria de capa desta edição, que aborda, sob o ponto de vista de diversos profissionais que trabalham diretamente no controle da doença, o esforço conjunto para que o Brasil conquiste, em breve, o *status* de país livre sem vacinação. Reconhecimento este que demonstra a eficiência do sistema de defesa e vigilância e dos rígidos controles de prevenção e detecção precoce, em caso de ingresso da doença.

Esta segunda edição do ano, traz ainda o resultado das eleições da nova diretoria do CRMV-SP, com a Chapa Integração, encabeçada pelo atual vice-presidente, Odemilson Donizete Mossero, eleita com 63,6% dos votos para o triênio 2021-2024.

O sistema de voto-online, implementado de forma inédita pelo CRMV-SP em 2018, contou com uma central de atendimento telefônico, com mais de 40 pessoas em *home office*, esclarecendo dúvidas e auxiliando os profissionais no processo. Não posso deixar de agradecer o apoio e comprometimento de todos os envolvidos no atendimento aos colegas eleitores, que se desdobraram para proporcionar tranquilidade ao pleito, mesmo em tempos tão difíceis como o que estamos vivendo.

Com a nova diretoria eleita, cuja gestão se iniciará a partir de agosto, desde já começo a me despedir do cargo de presidente do CRMV-SP, agradecendo a todos, profissionais e colaboradores, que nos ajudaram a construir um Conselho mais moderno e focado nos desafios da Medicina Veterinária e da Zootecnia.

Tenho a honra de poder, ainda em minha gestão, iniciar as obras de reforma da sede, implementar a gestão de pessoas, promover a aquisição de um sistema de gerenciamento e, em breve, colocar no ar uma nova plataforma de serviços, tudo isso visando facilitar a gestão da vida profissional dos colegas e atender às suas demandas.

Sinto-me recompensado pela oportunidade de ter trabalhado em prol da Medicina Veterinária e da Zootecnia todos esses anos, juntamente com os colegas da diretoria, conselheiros e funcionários. Agradeço o trabalho em equipe, sem o qual nada do que foi alcançado seria possível.

Mesmo diante de todas as dificuldades impostas, seja por conta dos desafios diários das horas ausentes no círculo familiar, das noites e finais de semana trabalhando, das viagens pelo interior, dos processos licitários, ou dos vivenciados durante a pandemia, estamos certos de termos entregue tudo aquilo a que nos dispusemos nessas duas gestões.

Foi muito trabalho, mas saímos com a certeza do dever cumprido e satisfeitos com as metas alcançadas. Demos o nosso melhor pelo Conselho e pelas classes.

Com a certeza da continuidade do bom trabalho pela nova gestão, desejo sucesso e deixo votos de ainda mais resultados positivos e prosperidade. A luta pela valorização e o reconhecimento de nossas nobres profissões continua.

Boa leitura!

Nossas profissões terão a grandeza que dermos a elas.
Esse desafio é de cada um de nós.

PIXABAY

CRMV-SP atua para que médicos-veterinários sejam imunizados contra Covid-19

A despeito de todos os esforços já realizados para garantir que os médicos-veterinários continuem seu trabalho com segurança, sendo imunizados contra a Covid-19 dentro do grupo prioritário de profissionais da saúde, o CRMV-SP foi informado que alguns municípios do estado de São Paulo os estão excluindo da vinculação com a Saúde e não lhes têm concedido a prioridade no momento da vacinação. Diante de tais fatos, o Conselho entrou com uma ação de abrangência estadual na Justiça Federal de São Paulo.

O CRMV-SP já havia encaminhado ofício às autoridades do Governo do Estado de São Paulo e de mais de 50 municípios. O documento ressalta que médicos-veterinários são profissionais da saúde reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde devendo ser incluídos nos planos de imunização da presente pandemia.

"É fundamental que médicos-veterinários estejam contemplados na campanha de vacinação contra a Covid-19, uma vez que prestam importantes e relevantes serviços à saúde pública e animal, assim como para a produção de alimentos", afirma o presidente do Regional, Mário Eduardo Pulga.

O Conselho também apoiou o abaixo-assinado criado pela Associação Brasileira de Hospitais Veterinários (ABHV), juntamente com a Federação das Entidades Veterinárias Regionais do Estado de São Paulo (Feveresp) e a Academia Brasileira de Medicina Veterinária Intensiva (BVECCS), destinado a pressionar político-administrativamente as autoridades competentes e dirimir qualquer questionamento sobre a inclusão dos médicos-veterinários dentro do grupo prioritário dos profissionais da Saúde.

O CRMV-SP conta com o apoio de todos neste movimento e espera, em breve, ter boas novas para a classe médica-veterinária paulista.

CFMV e CRMV-SP repudiam fala de ex-presidente da Anvisa à jornal

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) repudiam a fala do ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Gonzalo Vecina Neto, em reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, no domingo (28 de março), intitulada "Prometida para o fim do ano, autossuficiência na produção de vacinas é desafio para o País", em que afirma que *"As vacinas animais são feitas com muito menos cuidado do que as vacinas humanas; as boas práticas veterinárias são muito mais frágeis do que as voltadas para a saúde humana"*.

A fala de Vecina demonstra completa ignorância em relação ao tema. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), a indústria brasileira de saúde animal possui três plantas com nível de biossegurança 3 (NB3+). Elas são reguladas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e cumprem as regras de boas práticas de fabricação e biossegurança estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como sistemas de biocontenção, estanqueidade das instalações, tratamento de ar e efluentes e controle de entrada e saída de pessoal e materiais.

CRMVs repudiam recomendação de uso de gasolina para tratamento de mastite

Em fevereiro, os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária do Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e São Paulo tiveram conhecimento de um vídeo que circulou na internet em que se recomendava o uso de gasolina, juntamente com outros produtos de uso veterinário, para tratamento de doenças de bovinos, e emitiram nota conjunta repudiando a veiculação. A empresa fabricante dos produtos citados no vídeo manifestou-se destacando que "não há em qualquer hipótese a indicação desta combinação" que pode colocar em risco o bem-estar e a saúde dos animais, assim como a saúde dos consumidores. Além disso, os atos demonstrados são privativos do profissional médico-veterinário, não podendo ser exercidos por leigos, o que caracteriza exercício ilegal da profissão. Os Regionais repudiaram a disseminação de informações falsas, em especial aquelas que podem prejudicar diretamente os animais, as pessoas e o meio ambiente. Caso tenham conhecimento dos atos e dos autores, solicitamos que informem aos órgãos policiais competentes e ao CRMV de sua região.

PIXABAY

PIXABAY

Regional manifesta-se contrário a publicação do CREA-RN

O CRMV-SP se manifestou contrário à publicação do Conselho Regional de Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (CREA-RN), em março, afirmando que a responsabilidade técnica de queijarias e de estabelecimentos que processam alimentos de origem animal como carne, ovos, leite e mel, seria uma atribuição de engenheiros agrônomos. Com equipes cada vez mais multidisciplinares, é inegável afirmar que o agrônomo tem grande relevância no Agronegócio, entretanto, é preciso esclarecer à população que a responsabilidade técnica por produtos de origem animal é competência privativa de médicos-veterinários, de acordo o artigo 5º da Lei Federal 5.517/69. Em toda a cadeia produtiva de alimentos de origem animal, o acompanhamento técnico do médico-veterinário é primordial para prevenir a ocorrência de sérios impactos sanitários à saúde pública e à economia nacional.

CRMV-SP leva ao MP caso de médica-veterinária vítima de atos racistas

Além de prestar solidariedade e apoio à médica-veterinária Talita Fausto da Motta Santos, mais uma vítima de atos racistas, o CRMV-SP emitiu nota de desagravo e encaminhou ofício ao Ministério Público (MP) solicitando investigação e punição aos responsáveis pelo ocorrido durante palestra proferida pela profissional. No mês de março de 2021, a palestra on-line promovida pelo Grupo de Estudos de Animais Selvagens (Geas) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Botucatu foi invadida por desconhecidos e, colocados sons e imagens de primatas, falas e fotos do presidente Jair Bolsonaro, além de mensagens racistas e misóginas de forma escrita. Esse não foi o primeiro caso de racismo dirigido a um médico-veterinário negro relatado nos últimos meses. Em dezembro de 2020, um profissional do Rio de Janeiro sofreu um caso de injúria racial durante atendimento em sua clínica. A autarquia repudia mais esses lamentáveis episódios de racismo contra médicos-veterinários. "É fundamental nos manifestarmos diante de situações inaceitáveis como essa. É uma ofensa à classe médica-veterinária e a todo o povo brasileiro e à sua riquíssima diversidade, seja de raça, de credo, ou cultura. Esses criminosos devem ser identificados e punidos pela justiça", afirmou o Presidente do Conselho, Mário Eduardo Pulga.

Em março, o CRMV-SP realizou eleição para a gestão da autarquia durante o triênio 2021-2024. Além da votação por sistema on-line e por correspondência, foi realizado pleito presencial com agendamento prévio e todo o protocolo sanitário necessário. Presente na sede do Regional, em São Paulo, durante a eleição, o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida, parabenizou a organização.

ACERVO CRMV-SP

ACERVO CRMV-SP

Vereador visita a sede do Regional. Da esquerda para direita: Marcelo Lyrio, assessor parlamentar da Câmara Municipal de Marília; Evandro Galete, vereador de Marília; Mário Eduardo Pulga, presidente do CRMV-SP; Odemilson Donizete Mossero, vice-presidente do CRMV-SP; e Fabio Fernando Ribeiro Manhoso, conselheiro do CRMV-SP

SAIU NA **MÍDIA**

Durante os meses de janeiro a março, os profissionais do CRMV-SP foram consultados pela mídia sobre pautas relacionadas à saúde dos pets no verão e as expectativas para o Agronegócio em 2021. Temáticas como "saúde bucal" e "remédios de gente para os pets" renderam importantes inserções na imprensa, como no portal Terra, Canal do Pet IG e AgroMais, da Band. Outro assunto que ganhou espaço no trimestre foi a não recomendação de atrair pássaros para o quintal das residências. ■

ACERVO CRMV-SP

Integrante da Comissão Técnica do Bem-estar Animal, em entrevista à TV Alesp

ACERVO CRMV-SP

Vice-presidente do CRMV-SP e presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal, fala à TV Terra Viva

Total de inserções na mídia

Janeiro	68
Fevereiro	98
Março	193
Total	**359**

Veículos

TV Terra Viva, Folha de Londrina, Revista Saúde, Bandeirantes, Canal do Pet IG e TV Alesp.

Movimentação dos Processos Éticos*	
Denúncias Recebidas	23
Denúncias Arquivadas	5
Processos Éticos Instaurados	15
Processos Éticos Julgados	21

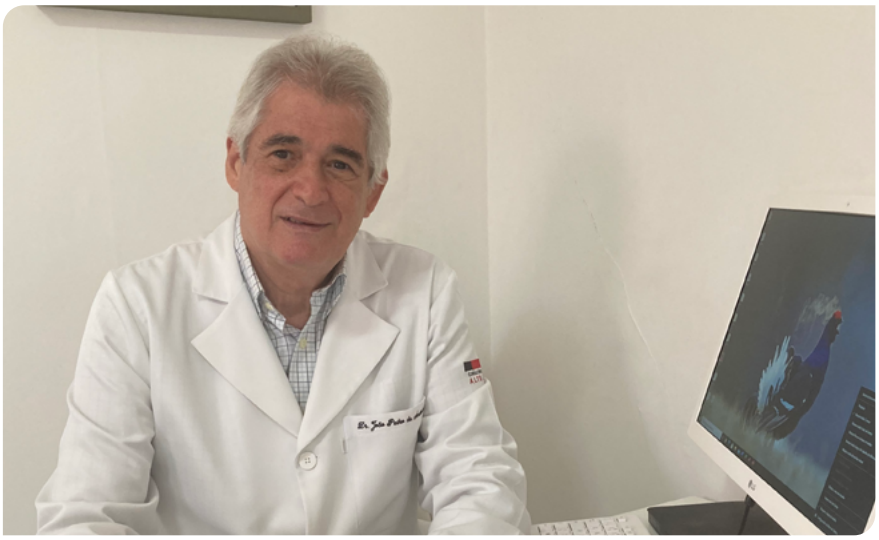
Fiscalizações*	
Empresas Inscritas Fiscalizadas	1896
Empresas Não Inscritas	746
Autos de Infração Lavrados no Período	531
Fiscalizações no Período	2642

Total de empresas fiscalizadas por Urfa's*	
Sede	571
Marília	168
Campinas	270
Sorocaba	250
Taubaté	165
São José do Rio Preto	669
Araçatuba	94
Santos	233
Ribeirão Preto	220
Botucatu	2
Presidente Prudente	–

Período: janeiro, fevereiro e março/2021

NEUROLOGIA VETERINÁRIA BRASILEIRA: UMA ÁREA EM CONTÍNUA EVOLUÇÃO

Com trabalho de pesquisa pioneiro, o segmento tem se consolidado e passa a assumir uma posição de destaque no cenário veterinário nacional



ACERVO PESSOAL/JOÃO PEDRO DE ANDRADE NETO

A Neurologia Veterinária segue em evolução no Brasil e, atualmente, diversos centros veterinários já são capazes de realizar tomografia computadorizada ou ressonância magnética e muitos hospitais veterinários possuem unidades de terapia intensiva com neurologistas em suas equipes profissionais, auxiliando no diagnóstico de animais com distúrbios neurológicos.

Mas nem sempre foi assim, na década de 1980, por exemplo, muito pouco era realizado nesta área em território nacional. Nesta época que o médico-veterinário João Pedro de Andrade Neto passou a dedicar a sua carreira à investigação de doenças neurológicas em pequenos animais, ocasião em que os exames de imagem ainda não eram recursos disponíveis e o profissional tornou-se um dos pioneiros da neurologia na Medicina Veterinária brasileira.

"No início, eu valorizava o exame físico dos animais, para isso, utilizava a literatura na realização do exame neurológico e o conhecimento das prováveis doenças de acordo com a localização da lesão ou das lesões. A evolução do quadro clínico também auxiliava no diagnóstico diferencial. Cães que vinham a óbito eram necropsiados e os achados eram correlacionados. Utilizavam-se como meios de diagnóstico a colheita e análise do líquido cefalorraquidiano e, depois, o uso da eletroencefalografia, tema da minha tese de mestrado", explica o médico-veterinário, bacharel em Biologia pelo Instituto de Biociência e mestre em Fisiologia pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (USP).

Com um trabalho intenso de pesquisa, que trouxe inúmeros avanços para a área, Andrade Neto contribuiu para o desenvolvimento da Neurologia Veterinária de pequenos animais no Brasil e passou a ser reconhecido tanto por parte dos tutores como dos próprios médicos-veterinários, tendo sido laureado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), em 2019, com o prêmio Max Ferreira Migliano (Clínica Médica Veterinária).

"Vários distúrbios neurológicos foram tratados adequadamente com um aumento da sobrevida dos pacientes. Com uma concentração de casos clínicos neurológicos encaminhados diariamente, passei a apresentá-los para alunos, estagiários e clínicos , destacando a forma adotada para a realização e interpretação de um exame neurológico, instrumentos necessários para a condução desses casos", explica.

Abrindo caminho

Antes de elencar as dificuldades que teve no início de suas pesquisas, Andrade Neto faz questão de agradecer aos profissionais que o ajudaram, sem os quais não teria atingido essa conquista. "O ingresso no Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), o convite para ministrar palestras em cursos ou em congressos, o estudo aprofundado da anatomia do sistema nervoso, a realização de necropsias junto aos patologistas, foram muito importantes para a realização dessa atividade e, principalmente, para a difusão da neurologia aos médicos-veterinários."

Entre as pedras no caminho, Andrade Neto cita a falta da tomografia computadorizada e da ressonância magnética, que impossibilitava a realização de um diagnóstico preciso em animais com suspeita da presença de lesões estruturais no sistema nervoso, como tumores, acidentes vasculares ou doenças degenerativas. Ressaltando a impossibilidade da realização de cirurgias intracranianas ou mesmo do uso de quimioterapia para tumores no sistema nervoso.

"Esses animais recebiam tratamento sintomático e a evolução clínica nos auxiliava nos prováveis diagnósticos. Outro aspecto importante era a escassez de trabalhos científicos ou a dificuldade no acesso a esses trabalhos. Hoje, eles são publicados diretamente na internet e todos têm acesso aos mesmos", enfatiza.

Futuro promissor

Para Andrade Neto, a Neurologia Veterinária no Brasil está em crescimento, mas como pioneiro, gostaria de ver, no futuro, profissionais especializados em determinadas áreas da própria Neurologia, "por exemplo, médico-veterinário que trabalhe especificamente com doenças da medula espinhal, outro que atue mais com sistema nervoso periférico e assim por diante".

Em relação aos jovens neurologistas, Andrade Neto alerta: "Tenho visto que estão priorizando mais os exames complementares do que o exame físico. A facilidade na realização desses exames faz com que o raciocínio clínico não seja utilizado inicialmente." ■

ACERVO PESSOAL / FABIO ALEXANDRE PAARMANN

FABIO ALEXANDRE PAARMANN: VIGILÂNCIA E CAPTAÇÃO DE DADOS SOBRE DOENÇAS SÃO O GRANDE DESAFIO DA SAÚDE ANIMAL

Médico-veterinário é membro de Comissão Técnica do CRMV-SP e auditor fiscal federal agropecuário na Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo

A atuação dos pais como médicos-veterinários foi o primeiro contato com a profissão e o ponto de partida para que, ainda criança, Fabio Alexandre Paarmann, auditor fiscal federal agropecuário, chefe do Serviço de Saúde Animal, na Superintendência Federal de Agricultura do Estado de São Paulo (SFA-SP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), decidisse qual caminho trilhar.

"Conseguia me ver no lugar deles e perceber que essa era a profissão que queria seguir, tanto pela atuação como pela relação com os pacientes e tutores, além das conquistas no âmbito pessoal que a Medicina Veterinária possibilitava", afirma Paarmann.

Graduado, em 2005, pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), com especialização em Defesa Sanitária Animal, pela Universidade de Lavras, Paarmann iniciou a carreira atuando como clínico de pequenos animais em um hospital veterinário, onde permaneceu por quase um ano e, em 2007, começou a trabalhar no Mapa.

"Experiências bem diferentes. Na clínica, tinha muito contato com animais e atuava mais em casos de emergência. É muito gratificante conseguir reverter casos críticos e perceber a gratidão de tutores e pacientes", enfatiza Paarmann, ressaltando que, no Ministério, o trabalho envolve menos contato direto com animais e mais com pessoas. "No Mapa, a lida com os focos de mormo no estado de São Paulo foi a experiência mais marcante."

A partir de 2015, o médico-veterinário passou a ter mais contato com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), quando foi nomeado membro da Comissão Técnica de Saúde Animal. "O trabalho, que envolve uma gama enorme de assuntos – grande número de espécies animais e de enfermidades – e objetivos, é desafiador", ressalta.

De acordo com Paarmann, a Comissão busca os temas mais relevantes para os médicos-veterinários, analisa sob a ótica da atuação do Conselho e, caso caiba alguma atuação ou orientação pelo órgão, é apresentada proposta à presidência. "Recentemente, a Comissão concluiu dois trabalhos que darão suporte aos médicos-veterinários: um manual para vacinação contra Brucelose e uma consolidação de doenças de notificação obrigatória – arquivo digital com doenças, lista de espécies afetadas e formas de se fazer uma notificação. Ambos buscam orientar e simplificar a atuação do médico-veterinário e sua equipe", explica.

A valorização de médicos-veterinários e zootecnistas, segundo Paarmann, é fruto da relevância das profissões para a sociedade e da adequada atuação dos profissionais, e o Conselho é uma parte importante dessa engrenagem, por atuar na fiscalização e orientação dos profissionais.

Em sua avaliação, o maior avanço na área da Saúde Animal é o cronograma de retirada da vacinação contra febre aftosa, fruto de diversas avaliações feitas pelo Serviço Veterinário Oficial. "Porém, ainda há desafios como a baixa notificação de enfermidades e a realização de testes laboratoriais que podem nos dar uma falsa sensação de tranquilidade frente às doenças em animais de produção", alerta.

Paarmann destaca, ainda, que a realização de vigilância para enfermidades e a captação de dados sobre ocorrência de doenças são grandes desafios que mobilizam muitos recursos. "São dados extremamente úteis para definição das políticas públicas e para definir estratégias de orientação para produtores e profissionais. Além de indicar a ocorrência de uma crise sanitária. Portanto, devemos sempre aprimorar a qualidade das informações."

No tocante à Saúde Única – que engloba saúde humana, animal e ambiental, o médico-veterinário entende que o conceito tem se fortalecido nas rotinas dos profissionais e nas instituições. Com relação à raiva, há no estado de São Paulo um comitê que se reúne a cada dois meses para que os órgãos públicos da Saúde, Agropecuária, Pesquisa/Ensino e Meio Ambiente possam trocar experiências e reunir esforços.

"Outro exemplo são as atuações em propriedades rurais com focos nas doenças que são zoonoses. Nestes casos, além da investigação envolvendo animais, buscamos informações sobre sintomas em pessoas, que são orientadas a buscar tratamento junto aos serviços de saúde. Em muitos casos, o Serviço Veterinário Oficial também se relaciona com a vigilância epidemiológica a fim de disparar medidas de monitoramento e proteção voltadas às pessoas. Ainda há bastante setorização, mas entendo que estamos num processo de adaptação", conclui." ■

ACERVO CRMV-SP

"O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO COMO UM TODO VEM HÁ MUITO TEMPO SENDO O GRANDE ALICERCE DA EXPORTAÇÃO", AFIRMA ODEMILSON DONIZETE MOSSERO

Presidente eleito para a gestão 2021-2024 ressalta a necessidade do CRMV-SP estar atualizado e pronto para orientar sobre defesa sanitária animal e contribuir com os gestores públicos

Formado pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista (Unesp-Jaboticabal), Odemilson Donizete Mossero, presidente eleito para a gestão 2021-2024 do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), tomou gosto pela Medicina Veterinária desde cedo, convivendo com animais de produção e atuando nas rotinas de trabalho no campo.

Com 35 anos de experiência profissional no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), lotado na Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo (SFA-SP), atuou em diversas frentes, como no controle dos trânsitos nacional e internacional de animais e seus produtos, e no desenvolvimento de ações sanitárias, entre as quais o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Ocupou por doze anos, em duas etapas, o cargo de Chefe do Serviço de Sanidade Animal pela SFA-SP.

Envolvido com a área de quarentena de animais desde os primeiros anos de atividade no Mapa, Mossero lembra com carinho as experiências e aprendizados. "Em 1982, fui designado Chefe da Estação Quarentenária de Cananéia (EQC), local de parada obrigatória de animais exportados ou importados de países cuja quarentena era exigência sanitária preconizada, mediante acordo bilateral com o Brasil."

Em 2006, Mossero passou a integrar a equipe do CRMV-SP, sob a presidência de Francisco Cavalcanti de Almeida, tendo exercido o cargo de secretário-geral durante dois mandatos. Desde 2015, quando convidado pelo atual presidente Mário Eduardo Pulga, ocupa o cargo de vice-presidente da autarquia.

Em entrevista ao **Informativo CRMV-SP**, Mossero fala sobre os impactos da retirada da vacina contra a febre aftosa, sobre a Estação Quarentenária de Cananéia e sobre as pautas referentes ao Agronegócio e a Defesa Sanitária Animal que pretende colocar em evidência durante a sua gestão na presidência do Conselho, que se inicia em agosto. Leia na íntegra:

1- O Brasil teve um momento histórico, com altas taxas de febre aftosa, cenário que afetava o comércio internacional de produtos de origem animal, e realizou um programa nacional de controle assentado na vigilância epidemiológica e campanha de vacinação massal de todos os rebanhos, contudo, atualmente passa pela fase de erradicação da doença, com a proposta de retirada da vacina. Como o senhor analisa esse momento?

A retirada da vacinação de todo o rebanho nacional é importante e o Brasil está caminhando nesse sentido, seguindo o rigor oficial apregoado e necessário. Porém, é imprescindível considerarmos os fatores de risco para essa doença, bem conhecidos por nós médicos-veterinários e que devem ser trabalhados junto aos produtores e a todos os participantes desse grande acontecimento da Defesa Sanitária Animal do País.

É necessário que se cumpram todas as etapas preconizadas no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, nas esferas federal, estadual e municipal, com a participação efetiva e engajamento das entidades do Agronegócio, dos produtores e dos governantes. Temos visto alguns estados mais adiantados, mas outros ainda dependem de alguns ajustes para a sequência do programa.

É preciso o fortalecimento contínuo dos serviços de defesa e vigilância sanitária animal nos estados, incluindo a necessária ampliação do quadro de profissionais na área; a disponibilização de infraestrutura, equipamentos e veículos adequados; reorganização dos postos de fiscaliação; e a reorganização de estudos e monitoramento epidemiológico, especialmente de áreas fronteiriças.

2- Qual o impacto esperado desta nova fase, em termos de ampliação do mercado internacional?

Os ganhos são muito grandes em termos socioeconômicos para nosso País. Emprego, renda e divisas internacionais maiores. Quando se alcança um *status* desse nível, significa que todo o trabalho que envolve o sistema de Defesa Sanitária Animal do País está funcionando, que a integração entre atividades oficiais e da iniciativa privada está ocorrendo, que os produtores e as comunidades locais estão envolvidas. Como consequência, há ganhos em credibilidade internacional não só para o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, mas para todos os programas oficiais implantados, como o Programa Nacional de Controle e Erradicação da

Brucelose e da Tuberculose; o Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos; o Programa Nacional de Sanidade Avícola; entre outros.

Isso permitirá o acesso dos nossos produtores aos maiores e mais exigentes mercados hoje existentes, que aplicam barreiras sanitárias extremamente rigorosas, além das barreiras comerciais de proteção. Com o avanço dessa nova fase e das maiores garantias sanitárias na qualidade do produto, ampliam-se as chances de negociação e valor final agregado. Além disso, o valor atualmente utilizado pelos produtores para a imunização dos rebanhos poderá ser revertido na ampliação dos investimentos em novos programas de saúde animal ou mesmo em melhoria na infraestrutura da produção.

3- O senhor foi responsável pela Estação Quarentenária de Cananéia por 30 anos. Na década de 1980, a principal razão para a manutenção de bovinos em quarentena era a febre aftosa. Qual a importância da Estação no aprimoramento da Defesa Sanitária Animal brasileira, em especial no que se refere ao controle da febre aftosa?

A Estação Quarentenária de Cananéia (EQC) foi criada no início da década de 1970, quando os focos da febre aftosa eram muito altos no País, como no ano de 1976, por exemplo, quando foram registrados mais de 10.000 focos.

Por outro lado, muitos países pretendiam adquirir genética bovina brasileira, principalmente do gado de origem indiano, o zebu; das raças nelore, guzerá e gir. As garantias sanitárias para estes países adquirirem animais vivos para a finalidade de reprodução do Brasil era a quarentena em uma estação com alta segurança, condição essa resolvida com a criação da EQC. Nela desenvolvemos os controles sanitários preconizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), baseados nos protocolos estabelecidos com os paises envolvidos.

Exportamos para os Estados Unidos, Colômbia e Venezuela. Esse trabalho conseguiu reconhecimento internacional, servindo, inclusive, para atender uma exportação de 600 lhamas e alpacas do Chile para os Estados Unidos, passando pela EQC. Toda a experiência adquirida foi importante para propagarmos os ensinamentos de biosseguridade ali implantados, por meio de cursos e visitas ao local.

4- Mesmo durante a pandemia, o Agronegócio brasileiro teve resultados bastante positivos em comparação a outros setores. Em sua avaliação, as perspectivas para 2021 devem continuar positivas? Quais fatores garantem essas perspectivas e devem ter atenção do setor?

O Agronegócio brasileiro como um todo vem há muito tempo sendo o grande alicerce da exportação, com saldo comercial altamente favorável ao Brasil. No ano passado, apesar da pandemia, tivemos um crescimento recorde do PIB do segmento de 24,31%. Para este ano, sabemos que teremos aumento nas exportações dos principais produtos do Agronegócio, por isso, precisamos continuar evoluindo nas medidas sanitárias, no controle dos processos desde a produção até o destino. Para a bovinocultura, a evolução do Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (Pnefa) é fator de confiança importante para o sucesso no comércio nacional e internacional.

5- No ano passado, o Mapa reconheceu como áreas livres de febre aftosa sem vacinação os estados do Acre, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia, além de parte do Amazonas e do Mato Grosso. Em março, houve parecer favorável da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para o reconhecimento internacional desse *status*, ser validado ainda em maio. Quais os próximos passos para que São Paulo também possa vir a ser reconhecido como estado livre sem vacinação?

O objetivo do Pnefa é que a suspensão da vacinação contra a febre aftosa seja gradual em todo o território brasileiro. Para isso, todos os estados devem cumprir as recomendações do programa e devem desenvolver ações com o envolvimento do Serviço Veterinário Oficial (SVO), setor privado, produtores rurais e agentes públicos.

Para São Paulo, que teve o combate à doença iniciado na década de 1970 e alcançou o reconhecimento da OIE como Estado livre da febre aftosa com vacinação, com último foco da doença em 1996, os trabalhos se conduzem para a retirada da imunização. Estamos na fase de ajustes das exigências oficiais para, posteriormente, sermos reconhecidos também como área livre sem vacinação contra a febre aftosa.

O desafio para São Paulo é grande por ser um grande pólo produtor e com grande trânsito de animais em seu território e interestadual.

6- Qual o papel do médico-veterinário nas conquistas relacionadas à luta contra a febre aftosa?

A Medicina Veterinária responde pela saúde animal, é importante também na saúde pública e na proteção do meio ambiente. O médico-veterinário atua na prevenção, no controle e na cura das doenças. No caso da febre aftosa, com seus conhecimentos técnico-científicos, é peça-chave e tem dado todo o respaldo necessário desde a implantação do programa, para que todas as etapas estabelecidas pudessem ser cumpridas adequadamente, sem retrocessos.

Para isso, é imprescindível, que, além de incrementar as atividades dirigidas para a vigilância dessa enfermidade, também sejam mantidas aquelas que vêm sendo realizadas satisfatoriamente.

7- Em São Paulo, o último caso de febre aftosa ocorreu em 1996, e desde 2006 não há registro da doença em solo brasileiro. Quais são os pontos mais importantes que deverão ser considerados na fase atual?

O ponto mais importante dessa atual fase é a persistência nos cuidados com as medidas profiláticas recomendadas. Precisamos continuar vacinando, manter controle de trânsito permanente e fazer com que os produtores e todos os envolvidos no segmento sigam as regras existentes. Assim, conseguiremos chegar ao nosso objetivo final, a erradicação definitiva da doença no Brasil.

Com a perspectiva da retirada da vacina, a vigilância e a atenção veterinária para doenças vesiculares passa a ter um papel ainda mais relevante para a detecção precoce de casos suspeitos em São Paulo, uma vez que a enfermidade é altamente contagiosa. Além da manutenção do *status* sanitário, esse trabalho é essencial para a redução de riscos e impactos socioeconômicos.

8- Quais pautas referentes ao Agronegócio e a Defesa Sanitária Animal o senhor pretende colocar em evidência durante a sua gestão na presidência do CRMV-SP?

Ao longo dos anos, o CRMV-SP tem colaborado na difusão das informações oriundas das autoridades competentes e na orientação dos profissionais a campo, impactando positivamente nas ações de prevenção e erradicação de doenças como a febre aftosa no estado de São Paulo. Portanto, sabemos nosso papel e queremos constituir uma comissão com profissionais médicos-veterinários e zootecnistas ligados ao Agronegócio, cuja função será assessorar o CRMV-SP nos temas relacionados. Entre eles, a Defesa Sanitária Animal, que tem um dinamismo muito grande e apresenta alteração de situações pelo mundo com muita frequência. Precisamos estar atualizados e prontos para orientar nossos profissionais e a sociedade sobre esses temas, bem como contribuir com as autoridades nas possíveis soluções. Temos muitos profissionais capacitados para atuar no Agronegócio de nosso País. ■

FLICKR

BRASIL AMPLIA ZONAS LIVRES DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

Em maio, o reconhecimento de seis estados será avaliado na Assembleia Mundial da OIE

O Brasil dá mais um passo para ser reconhecido, futuramente, como país livre de febre aftosa sem vacinação. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) informou que recebeu parecer favorável da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para reconhecimento dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e do Bloco I (Acre, Rondônia e parte do Amazonas e do Mato Grosso) como zonas livres de febre aftosa sem vacinação. Em maio, o tema será avaliado durante a 88ª Sessão Geral da Assembleia Mundial dos Delegados da OIE.

Lembrando que o processo de transição de zonas livres de febre aftosa com vacinação para livre sem vacinação está previsto no Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (Pnefa), estabelecido em 2017 pelo Sistema de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e que tem como meta tornar todo o País livre da doença sem vacinação até 2023. Atualmente, apenas Santa Catarina possui certificação internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação.

"Há muitos anos, Santa Catarina fez a lição de casa. Almejamos o livre mercado e carne brasileira de qualidade. Temos preço competitivo, mas precisamos do aval internacional para que possamos exportar mais, já que alguns países não aceitam a carne sem a certificação", afirma Mário Eduardo Pulga, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), destacando ainda que o reconhecimento impactará positivamente nas exportações e que, para isso, o País está trabalhando de forma honesta e transparente.

O Plano Estratégico do Pnefa foi delineado para ser executado em um período de dez anos e o País, dividido em cinco blocos. O estado de São Paulo está no Bloco IV, o maior e de maior importância, tanto em número de cabeças de gado quanto em ganho econômico.

Luiz Henrique Barrochelo, coordenador de Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura de São Paulo, destaca que alguns blocos já retiraram a vacinação e outros sofreram ajustes como, por exemplo, o que permitiu que os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná interrompessem a vacinação já no ano passado.

O importante para o sucesso do Bloco IV é que todos os estados que o compõem evoluam juntos, pois a interação entre eles é muito grande. "São Paulo é um importador de gado para terminação, abate e exportação de carne, possui grande patrimônio genético em suas fazendas, é sede de diversas centrais de reprodução. Então, de certo modo, São Paulo é dependente de animais de outros estados, por isso, não pode estar à frente, tem que estar junto com os demais", afirma Barrochelo.

O coordenador da Defesa Agropecuária do Estado ressalta também que a estruturação do Serviço de Defesa Agropecuária, investimentos e a valorização do setor são fundamentais para o êxito de São Paulo, mas não é só isso: a integração entre governo, indústria, universidades, produtores e médicos-veterinários privados se faz necessária nessa hora. "São Paulo passará por mais duas auditorias do Serviço Veterinário Oficial até 2022, quando serão avaliadas a estrutura do serviço e a interação dos demais entes da cadeia".

Auditor fiscal federal agropecuário e chefe do Serviço de Saúde Animal e Fiscalização de Insumos Pecuários/SP - substituto na Unidade Técnica Regional de Agricultura Campinas do Mapa, Gabriel Adrian Sanchez Torres lembra que há todo um processo descrito no Plano Estratégico para que se realize esse avanço.

São 16 operações, divididas em 102 ações, que os estados e o País devem cumprir com êxito para fazer a transição para o *status* de livre sem vacinação. A retirada da vacina deve ser realizada com segurança, acompanhada de medidas de mitigação de risco, detecção precoce e capacidade de resposta.

"Destaco aqui dois pontos, entre os muitos elencados no Plano, que considero essenciais: a estruturação de fundos de indenização para proteger o produtor rural de possíveis reintroduções do vírus, e o papel ativo que o produtor deve desempenhar a partir de agora. A prevenção apenas

é eficiente com a detecção precoce, e o produtor rural é a melhor fonte de informação quanto à notificação de suspeitas. Se a notificação for realizada em tempo hábil, é possível conter um foco", conclui Torres.

Para Emílio Salani, vice-presidente executivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para Saúde Animal (Sindan), a situação se resume não apenas em retirar vacina, mas a substituí-la por medidas de segurança. "Medidas como vigilância, controle efetivo do trânsito animal, fundos, bancos de antígenos, comissões de foco, legislação, além de uma série de condições que o Brasil precisa adequar para que possa retirar a vacinação com segurança", ressalta.

ACERVO CRMV-SP

Luiz Henrique Barrochelo: é preciso que todos os estados que o compõem o Bloco IV evoluam juntos

Significado internacional

Ser reconhecido como zona livre de febre aftosa sem vacinação demonstra que o sistema de defesa e vigilância de um país é eficiente e tem rígidos controles de prevenção e detecção precoce, em caso de ingresso da doença. De acordo com o médico-veterinário Diego Viali dos Santos, responsável pelo Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa no Mapa, essa é a condição sanitária de países da América do Norte, da maioria dos países europeus, além de Austrália, Japão e Coreia do Sul.

"Devido às características brasileiras, onde temos fronteiras com 10 países, cuja maioria é livre de febre aftosa com vacinação, além de países sem reconhecimento oficial, como a Venezuela, manter o cenário atual e ampliar gradativamente a condição para país livre sem vacinação demonstra a robustez do nosso sistema de vigilância para a febre aftosa, tendo o produtor rural como principal ator envolvido. Ele é responsável por adotar medidas de biosseguridade na propriedade que previnam um possível ingresso do vírus da febre aftosa no plantel", afirma Viali.

Para o médico-veterinário Wander Luís Carvalho Bastos, pecuarista e coordenador da Comissão de Bovinocultura Leiteira da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faesp), uma vez obtido esse avanço, a percepção do bom serviço de defesa tende a ser extrapolada para outras enfermidades de particular interesse na produção, como brucelose, tuberculose e raiva.

"Não só o mercado, mas organismos internacionais e serviços oficiais de outros países passarão a ver essas zonas livres sem vacinação como um ambiente comprometido com o avanço dos programas sanitários. Essa percepção será fator fundamental para eventuais acordos comerciais no mercado de proteínas", diz Bastos.

Salani ressalta que, esse *status* dará ao País um excelente posicionamento no mercado internacional de proteína animal, mas a vigilância deve ser robusta e permanente para evitar que a febre aftosa entre e se espalhe. "A doença pode voltar e o País precisa estar estruturado para reagir rapidamente, em caso de emergência, após a suspensão da vacinação".

Viali afirma que os estados atingirão o requisito básico para que possam negociar com países mais exigentes, mas para que isso realmente aconteça será necessário "uma sincronia entre a iniciativa privada e o serviço público a fim de atender as condições exigidas pelos mercados consumidores".

Bastos refere que o avanço do *status* abrirá a possibilidade de alcançar melhores mercados em termos de remuneração, porém isso não acontecerá de maneira automática, ao contrário, será iniciado um grande movimento para a abertura e a competição com mercados de excelente *status* sanitário e com produtos tidos como *prime*.

"Importante ressaltar que alguns mercados são criteriosos não somente com os aspectos qualitativos do produto final. No caso da carne, pensamos logo na gordura e maciez, objeto de apreço do mercado asiático, em especial Japão e Coreia do Sul. Esses mesmos países também são muito exigentes nas questões sanitárias e somente efetuarão a compra se tiverem a garantia de que não importarão, além da carne, algum agente patógeno", explica.

Salani ressalta que toda a produtividade da pecuária brasileira será beneficiada. "Os laboratórios que hoje atuam no Brasil e disponibilizam um portfólio de produtos para que essa produtividade seja mantida, vão ter condições de aproveitar o bom momento para introduzir novas ferramentas para o produtor que não são tão atraentes sem uma condição de livre de aftosa sem vacinação", conclui.

É comum associarmos a febre aftosa diretamente aos bovinos, mas de acordo com Barrochelo, temos um importantíssimo mercado atrelado à questão da erradicação da doença que é o de exportação de suínos. "Estados do sul do País, como Santa Catarina e Paraná, se beneficiaram muito com o *status* de livre sem vacinação, aproveitando, ainda, a

FREEPIK

oportunidade criada devido aos recentes problemas originados com a ocorrência de Peste Suína Africana e Clássica no exterior", afirma o coordenador.

Mário Eduardo Pulga, presidente do CRMV-SP, lembra, ainda, que o programa de febre aftosa, muito bem estruturado pelo Mapa, serve de exemplo para todo programa de sanidade animal, o que acaba refletindo na defesa de outras doenças. "O programa é o passaporte das nossas carnes para o exterior. A importância interna é que ele arrasta consigo outros programas de controle, por exemplo, de verminoses e de outras ações sanitárias", conclui.

Impactos da febre aftosa na economia

Doença infecciosa aguda, a febre aftosa provoca febre, seguida do aparecimento de vesículas (aftas), principalmente, em bovinos, búfalos, caprinos, ovinos e suínos. Causada por vírus, pode se espalhar rapidamente, caso medidas de controle e erradicação não sejam adotadas após sua detecção.

Mas além do problema sanitário, há também o impacto econômico gerado pela doença. "A perda da produtividade na propriedade e o aumento do custo de produção são duas das mazelas que não teremos mais com a erradicação da febre aftosa", enfatiza Barrochelo.

O controle da febre aftosa teve grande importância na consolidação do Brasil como um dos principais produtores e exportadores de proteína animal no mundo. "Existe uma correlação direta entre a redução do número de casos e o aumento da participação do País no comércio internacional de carnes. O controle da enfermidade trouxe paz ao pecuarista, estabilidade, somando-se a isso o melhoramento genético e dos índices zootécnicos, houve uma grande melhora na progressão dos valores de arroba, incremento nas exportações e superávit na balança comercial do País", afirma Bastos.

Bastos destaca ainda que o Pnefa tem grande responsabilidade por colocar carne brasileira nos pratos das pessoas em quase 200 países. "O Brasil é um país com vocação agropecuária, e a produção de proteínas é protagonista, dessa maneira, controlar e erradicar a aftosa é defender não só os interesses do Agronegócio, mas é defender o País".

O Brasil possui um dos maiores rebanhos do mundo e o maior para produção de alimentos. "As indústrias e toda cadeia que compõem esse ciclo, desde a reprodução, produção, alimentação, abate e logística, empregam milhões de brasileiros, em grande parte, médicos-veterinários e zootecnistas. Ainda assim, temos restrições devido ao nosso *status* de livre de febre aftosa com vacinação", ressalta Barrochelo.

"Se o processo for conduzido com segurança e responsabilidade, e, consequentemente, a OIE certificar o *status* de livre sem vacinação que os estados estão pleiteando, a tendência é que os parceiros comerciais do Brasil reconheçam. Nesse cenário, contando com a confiança dos países importadores, todos sairão ganhando e a economia crescerá com o alcance dos mercados mais exigentes", enfatiza Torres.

Vigilância epidemiológica

Em uma área considerada livre de febre aftosa sem vacinação, a vigilância epidemiológica se mostra ainda mais relevante. Maria Carolina Guido, assistente de Planejamento B, da Coordenadoria de Defesa Agropecuária de São Paulo, ressalta que, nesse caso, é preciso que todos estejam alertas para o eventual aparecimento de sinais de doenças vesiculares. Quanto mais rápido for identificada uma suspeita, mais rápido serão tomadas as medidas de controle necessárias para confirmar ou descartar o ressurgimento da doença.

"As medidas de contenção se iniciam mesmo antes de se obter o diagnóstico definitivo, dessa forma os danos sanitários e econômicos são menores, e mais rápido se retoma ao *status* sanitário de área livre", afirma Maria Carolina.

De acordo com Gabriel Adrian Sanchez Torres, em zonas livres sem vacinação, a vigilância passiva ganha grande importância. No caso de uma doença de curso tão rápido quanto a febre aftosa, é inverossímil imaginar que o Serviço Veterinário Oficial chegará a tempo de conter uma reintrodução da doença apenas com a vigilância ativa.

"Nesse sentido, é fundamental que médicos-veterinários, produtores e trabalhadores do setor rural estejam devidamente conscientizados e capacitados, dentro dos limites de suas atuações, para identificarem e comunicarem a ocorrência de suspeitas de doença vesicular ao Serviço Veterinário Oficial", enfatiza Torres.

Odemilson Donizete Mossero, vice-presidente do CRMV-SP, destaca que quando se pensa em erradicar uma doença é preciso avaliar os fatores de risco o tempo todo. "Para isso, a vigilância e a atenção veterinária devem ser realizadas vinte e quatro horas por dia, sem interrupção. Portanto, os plantões diurnos e noturnos nas fronteiras são medidas adequadas e necessárias, com estrutura de trabalho e apoio logístico, humano e policial."

O papel desempenhado pelos médicos-veterinários privados na notificação de uma suspeita de foco é determinante. Normalmente, são os primeiros profissionais chamados quando da ocorrência de alguma alteração de saúde dos animais. "É fundamental que eles conheçam os sinais clínicos associados às doenças e que saibam qual o caminho que deve ser percorrido para que seja feita a notificação da suspeita ao Serviço Veterinário Oficial", explica Maria Carolina.

A médica-veterinária salienta que existem duas formas principais para que seja realizada a notificação de suspeitas, diretamente pelo site do Sistema Brasileiro de Vigilância

e Emergências (Sisbravet) ou entrando em contato com a unidade veterinária local mais próxima, os endereços estão disponíveis no site da Defesa Agropecuária.

Além de identificar focos da doença, a atuação dos médicos-veterinários privados é imprescindível na manutenção do *status* de área livre sem vacinação. Por isso, a capacitação desses profissionais deve ser constante. Maria Carolina ressalta que a importância da divulgação de conteúdo técnico pelo site da Defesa Agropecuária, a realização de fóruns regionais, seminários e treinamentos realizados pelo Serviço Veterinário Oficial são alguns dos recursos utilizados para a atualização de médicos-veterinários e para estreitar o relacionamento deles com o órgão.

O Plano de Vigilância para a Febre Aftosa envolve a vigilância a partir de notificações de suspeitas em estabelecimentos rurais, em eventos agropecuários, em estabelecimentos de abate e por meio da realização de estudos epidemiológicos.

Os eventos agropecuários são cadastrados e autorizados pela Defesa Agropecuária e possuem necessariamente um médico-veterinário habilitado junto ao Mapa para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), responsável por realizar a conferência da documentação sanitária dos animais e fazer a inspeção clínica do rebanho. Os eventos também recebem a fiscalização do Serviço Veterinário Oficial.

Em estabelecimentos de abate as inspeções *ante* e *pós mortem* são realizadas rotineiramente por médicos-veterinários, ocasião em que podem também ser identificados sinais de doenças vesiculares, o que leva à separação desses animais, interdição do local e colheita de material para diagnóstico e o rastreamento da propriedade de origem dos animais, além de desencadear a investigação clínica na propriedade rural.

Os estudos epidemiológicos são realizados periodicamente pelo serviço oficial, respeitando uma amostragem para que seja avaliada a presença de circulação viral no estado.

Trânsito de animais

O controle do trânsito de animais e de veículos de transporte, assim como o ingresso de animais, em uma área considerada zona livre de febre aftosa sem vacinação deve ser ainda maior, seguindo uma série de regras e passando pela conscientização não só dos envolvidos diretamente no processo, mas de toda a sociedade.

"Temos que aumentar muito a vigilância. Apesar dos inquéritos soroepidemiológicos realizados pelo Serviço de Defesa terem demonstrado que há uma efetiva cobertura vacinal e não há circulação viral no País, temos que manter muita atenção nas fronteiras com países vizinhos e com estados que possuem fronteira internacional. O Plano Nacional visa a implantação de barreiras sanitárias e São Paulo propôs uma integração das barreiras paulistas", enfatiza Luiz Henrique Barrochelo, coordenador de Defesa Agropecuária da Secretaria Estadual de Agricultura de São Paulo.

De acordo com Barrochelo, é preciso adquirir animais somente com a devida Guia de Trânsito Animal (GTA), manter o cadastro do rebanho atualizado e a vigilância passiva e, ao menor sinal de que há uma ocorrência de doença na propriedade, notificar o Serviço Oficial o mais rápido possível. Isto é o que permitirá que, caso haja um foco da doença, a ação possa ser apenas local, evitando-se prejuízos para toda cadeia.

Odemilson Donizete Mossero, vice-presidente do CRMV-SP, lembra que o trabalho de educação sanitária é parte do Pnefa e vem ocorrendo desde sua implantação em 1992 e que quanto mais a sociedade for esclarecida dos riscos de reintrodução e disseminação da doença, mais sucesso haverá na erradicação.

"O trânsito de animais, por qualquer meio de transporte, seu controle pelas barreiras fixas ou móveis e a utilização dos recursos de tecnologia diminuem os riscos. Neste momento, devemos investir muito na vigilância e na atenção veterinária", afirma Mossero.

Estoque de vacinas

Mesmo em áreas livres de febre aftosa sem vacinação, há a necessidade da manutenção de um estoque de vacinas para situações de emergência. O controle da doença nessas áreas se dá, primeiramente, de acordo com Bastos, pela execução da política pública norteadora do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (Pnefa), descrita na Instrução Normativa nº 48/2020.

"Atuam na execução o Serviço Veterinário Oficial Estadual (SVOE), por meio das instituições de defesa agropecuária, de maneira mais prática. Também o SVO Federal, por meio das Superintendências Federais de Agricultura, de modo mais macro gerencial. Além disso, a participação do setor privado no cumprimento de normas estipuladas é fundamental para garantir o não reingresso da doença", afirma.

Bastos destaca ainda que o acompanhamento do trânsito e do ingresso de animais suscetíveis é imprescindível para pronta identificação e tomada de decisão na ocorrência de se encontrar um animal que apresente risco. Há também a necessidade da criação de um banco de antígenos pelo Governo Federal e, caso haja uma ocorrência, é necessário realizar uma vacinação em uma área ao redor de onde foi identificado o foco.

Nesse sentido, Salani destaca que o Sindan vem, há cerca de dois anos, fazendo tratativas com o Mapa para adequar a legislação à regulamentação vigente para que as indústrias no Brasil tenham a possibilidade de se estabelecerem como supridores de antígenos e vacinas para questões emergenciais.

ARQUIVO PESSOAL/EMÍLIO SALANI

Emílio Salani: aprimoramento da produção e controle de qualidade foram fundamentais para status atual

"Considerando que após a interrupção da vacinação pode surgir algum foco – e o resgate do *status* de livre sem vacinação pode passar por uma vacinação nos locais afetados – é fundamental que o governo crie uma regulamentação moderna e consistente para que as empresas possam se adequar e manter em plena operação as plantas já instaladas no País", afirma.

Histórico

Há mais de 50 anos, o Mapa, em parceria com a iniciativa privada desenvolve ações para erradicar a febre aftosa dos rebanhos brasileiros. O Programa de Combate à Febre Aftosa foi instituído, em 1963, pelo governo federal.

"Começamos, na década de 1960, com campanhas de vacinação, quando tínhamos milhares de focos notificados por ano. Era uma época em que ninguém sequer imaginava a erradicação da doença. A evolução se deu ao longo de décadas, de maneira sustentável, com a adoção de novas tecnologias (como a vacina oleosa) e o incremento da vigilância, dos controles sanitários e das ações em novos focos", ressalta o auditor fiscal federal agropecuário e chefe do Serviço de Saúde Animal e Fiscalização de Insumos Pecuários/SP - substituto, na Unidade Técnica Regional de Agricultura Campinas do Mapa, Gabriel Adrian Sanchez Torres.

Luiz Henrique Barrochelo lembra que São Paulo foi o segundo estado brasileiro a iniciar a execução das medidas contra a febre aftosa, em meados de 1967. Nos anos 1970 e 1980, a febre aftosa era o maior temor dos pecuaristas. A partir de 1992, quando foi instituído o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (Pnefa), com a adoção de uma política pública com estratégia baseada na regionalização das ações (criação dos circuitos pecuários), esse cenário começou a mudar.

"O último foco da doença no estado de São Paulo ocorreu em março de 1996, no município de São Carlos e, em maio de 2000, o Estado foi reconhecido como área livre com vacinação pela OIE. A despeito da reintrodução do vírus da febre aftosa no Mato Grosso e no Paraná, em outubro de 2005, São Paulo se manteve vigilante e não teve nenhum foco confirmado, demonstrando que, naquela época, o sistema de vigilância já estava solidificado", enfatiza Barrochelo.

Para Torres, o Pnefa é, sem dúvida, o exemplo de um programa de erradicação de doença muito bem sucedido. "Quando foi criado, a eliminação da doença em território nacional surgiu no horizonte como uma realidade. Em 2005 e 2006, tivemos os últimos focos no País."

A execução do Programa é compartilhada entre diferentes níveis de hierarquia do Serviço Veterinário Oficial com participação do setor privado. Os governos estaduais, representados pelas secretarias estaduais de Agricultura e instituições vinculadas responsabilizam-se pela execução no âmbito estadual.

Finalmente, em 2018, o Brasil, sob a coordenação do Mapa e com a participação dos serviços veterinários estaduais e do setor agroprodutivo, erradicou com vacinação a febre aftosa em todo o País, alcançando o reconhecimento da OIE, durante a 86ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Saúde Animal, em Paris.

A solenidade teve a presença de membros do Sistema CFMV/CRMVs. Participaram da Comitiva do ministro da Agricultura à época, Blairo Maggi, o presidente do CFMV, Francisco Cavalcante de Almeida e o vice-presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, além de representantes de outros regionais.

A partir desse *status*, o Pnefa passa a ser chamado de Programa Nacional de Vigilância para Febre Aftosa, tendo como estratégia principal a manutenção de zonas livres da doença. "Hoje, o Pnefa está baseado no cadastro das explorações pecuárias, no controle de trânsito, na vigilância epidemiológica e, nas zonas onde se vacina, na vacinação massal e sistemática. Não temos casos de doença há 15 anos. O País é exemplo a ser seguido", afirma Torres.

De acordo com Barrochelo, as campanhas de vacinação bem estruturadas, a participação maciça dos pecuaristas e o uso de uma excelente vacina contra a febre aftosa desenvolvida pelos laboratórios foram armas eficazes para o que se pode classificar como um programa de sucesso.

Aprimoramento

Na América do Sul, a vacinação contra a febre aftosa vem sendo empregada como uma das principais estratégias dentro dos programas nacionais de erradicação e prevenção. No Brasil, as campanhas oficiais de vacinação iniciaram-se na década de 1960, que associadas a outras medidas sanitárias, permitiram expressivos avanços na luta contra a febre aftosa.

"Considerando que neste período o recurso básico de execução do Pnefa foi a vacinação e o trabalho sempre foi a quatro mãos – indústria e Mapa – o aprimoramento da produção e seus avanços, assim como o aprimoramento no controle de qualidade, foram fundamentais para que atingíssemos o *status* que temos hoje", afirma Emílio Salani, vice-presidente executivo do Sindan.

Presidente do CRMV-SP, Mário Eduardo Pulga, assumiu, no final dos anos 1990, a presidência da Comissão de Aftosa e, posteriormente, o cargo de vice-presidente do Sindan para assuntos relacionados à febre aftosa. O médico-veterinário lembra que a vacina no início era aquosa, sendo necessário vacinar o rebanho a cada quatro meses.

"A vacina aquosa evoluiu para a oleosa, por isso passou-se a imunizar o rebanho a cada seis meses ou um ano, dependendo da idade. Foi muito importante", enfatiza Pulga, recordando que este foi um período de muita assertividade e parceria da indústria farmacêutica com o Mapa e o Centro Pan-americano de Febre Aftosa.

Pulga conta que a parceria entre as instituições e um frigorífico resultou na criação, em Vinhedo (SP), de um centro de selagem e distribuição de vacinas contra febre aftosa para otimizar a distribuição em todo o Brasil. "Construímos um escritório do próprio Mapa no local para controle das vacinas ali produzidas. Toda essa parceria resultou em uma qualificação cada vez maior de nossa vacina, que é, sem dúvida nenhuma, a melhor do mundo."

O aprimoramento na produção da vacina teve ainda um ponto alto em 2019, quando a indústria veterinária desenvolveu a vacina de febre aftosa na dose de 2 ml com ampla aceitação dos pecuaristas, qualidade de aplicação e menos reações aos bovinos.

"O processo de alteração da vacina de 5 ml para 2 ml demandou de 18 a 24 meses de pesquisas, sendo que neste período ainda tínhamos o compromisso de seguir suprindo o mercado para que não faltassem vacinas, trabalhando por um período com as duas dosagens concomitantemente. Tudo isso foi uma prova do domínio das tecnologias de produção das indústrias brasileiras, sempre com o acompanhamento do Mapa", ressalta Salani.

Parte integrante da equipe gestora nacional do Pnefa, ao lado de outras entidades setoriais, o Sindan está totalmente integrado ao Mapa na evolução do Plano. "Acompanhamos etapa por etapa, ou seja, no abastecimento da vacina, nas reuniões estaduais, nas reuniões de bloco, nas discussões de fundo, nas discussões de bancos de antígenos e na discussão geral para onde e como caminha o Pnefa", afirma o vice-presidente executivo.

Área Piloto de Verificação

Com o objetivo de uniformizar a imunização e considerando a demanda por pessoal qualificado, de forma a cumprir as diversas atividades inerentes ao Programa Nacional de Combate à Febre Aftosa, no ano de 1972 o Mapa, a Universidade de São Paulo (USP) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) firmaram um convênio para a realização de cursos de especialização em Epidemiologia e Profilaxia da Febre Aftosa.

Os cursos foram ministrados pelo Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da Universidade, entre os anos de 1972 e 1974.

A experiência adquirida durante o primeiro dos cursos de especialização indicou que mesmo os alunos com mais experiência de campo, precisavam de maior familiarização com a sistemática a ser empregada nos diferentes aspectos das atividades de prevenção. Por isso, ainda em dezembro de 1972, foi implantada uma "Área Piloto de Verificação" pelo Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa, em Itapetininga, interior de São Paulo.

Tendo como um de seus coordenadores, o Prof. Dr. José de Angelis Côrtes, a "Área Piloto de Verificação" é uma das iniciativas que contribuíram de forma bastante eficiente para a evolução do combate à febre aftosa no País, com a formação de pessoal qualificado; aquisição de conhecimento das variáveis epidemiológicas da doença; avaliação das medidas preventivas; e aperfeiçoamento da sistemática de combate à doença com o auxílio de todo o corpo acadêmico.

A Área Piloto era coordenada por uma comissão executiva constituída por dois representantes da FMVZ-USP, um representante do Grupo Estadual de Combate à Febre Aftosa no estado de São Paulo (Gecofa-SP) e um representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), cabendo à faculdade a atribuição do planejamento, instalação e desenvolvimento dos trabalhos de campo do empreendimento.

"O programa ancorou um dos quatro módulos da disciplina Práticas de Saúde Animal do curso de Graduação do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal (VPS) e os alunos, distribuídos em grupos, participavam em rodízio de todas as atividades de campo em tempo real, realizando as tarefas de rotina, dando ao aprendizado uma nova abordagem, a de fazer, ao invés de apenas observar", ressalta De Angelis.

De acordo com o professor, a tarefa contou com a colaboração de todos os docentes. "Como a área só comportava 25 alunos por vez, a turma de 100 alunos era dividida em quatro grupos, fazendo com que os professores do Departamento ministrassem quatro vezes o conteúdo, além das outras matérias curriculares, ocorrendo rodízio a cada dois dias e meio e todos abraçaram a causa", enfatiza.

A rotina de atividades incluía a elaboração de formulários de coleta de dados e sua familiarização para o levantamento, cadastramento e mapeamento das propriedades para o registro de vacinação. "Contávamos com cinco veículos com tração nas quatro rodas, o que permitia a movimentação de cinco equipes com tarefas previamente definidas. A aceitação por parte dos estudantes de graduação foi tão surpreendente que optamos por oferecer estágios nos períodos de férias escolares", destaca.

A experiência da Área Piloto trouxe a adequação da sistemática de levantamento, cadastramento e mapeamento das unidades de criação em setores e linhas; as ações educativas adotadas em todas as instituições da sociedade, levando mensagens orientadoras nas escolas rurais; o controle e a orientação das vacinações; o atendimento imediato às notificações de focos da doença e o uso sistemático gratuito da rádio local na orientação das ações adotadas.

ADAPTADO DE PIXABAY

Linha do Tempo - Febre aftosa no Brasil

1985
Primeiro registro oficial de febre aftosa no Brasil na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, consequência de importações de animais da Europa

1909
Criação do Ministério da Agricultura

1951
Criação do Centro Pan Americano de Febre Aftosa (Panaftosa) sediado no Brasil, em decorrência do reconhecimento da necessidade de ações conjuntas entre os países do Continente americano no combate à doença

1950
Realização da Primeira Conferência Nacional de Febre Aftosa e implantação do Primeiro Programa de Combate à Febre Aftosa do Brasil

1963
O Governo Federal institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, a Campanha de Combate à Febre Aftosa – CCFA

1968
Criação do Projeto Nacional de Combate à Febre Aftosa, dando início ao controle sistemático da doença por meio da implantação de infraestrutura laboratorial, treinamento de pessoal e conscientização dos produtores

1992
Implantação do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, com mudanças importantes nas bases estratégicas, prevendo a ampla participação social, regionalização no combate à doença, vacinação sistemática de bovinos e búfalos e outras medidas

1972
Criação da Comissão Sul-Americana para Luta Contra Febre Aftosa (Cosalfa), uma importante estratégia integradora, de gestão e intervenção regional na luta contra a febre aftosa

1998
Primeiro reconhecimento de zona livre de febre aftosa com vacinação, pelo então Escritório Internacional de Epizootias (OIE), envolvendo os estados do Rio Grande Sul, Santa Catarina e Paraná

2006
Última ocorrência de febre aftosa no Brasil, no Mato Grosso do Sul

2018
Brasil livre de febre aftosa com vacinação

2017
Publicação do Plano Estratégico do Pnefa, entre suas medidas, prevendo a suspensão completa da vacinação no País e o reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa sem vacinação até 2023

2007
Reconhecimento internacional da primeira zona livre de febre aftosa sem vacinação, contemplando o estado de Santa Catarina

FONTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

A FEBRE AFTOSA E O PARADIGMA DA DETECÇÃO PRECOCE

ACERVO PESSOAL/GABRIEL ADRIAN SANCHEZ TORRES

Gabriel Adrian Sanchez Torres, auditor fiscal federal agropecuário, chefe do Serviço de Saúde Animal e Fiscalização de Insumos Pecuários/SP – substituto, na Unidade Técnica Regional de Agricultura (UTRA/Campinas), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

Um dos pilares históricos do Pnefa, inclusive desde antes da formalização do programa, em 1992, sempre foi a vacinação massal de bovinos e bubalinos. A ação partia do princípio de que a América do Sul era um continente endêmico para a doença. Nesse contexto, a vacinação em larga escala poderia cortar o ciclo de transmissão do vírus e levar a graduais reduções da prevalência da doença, até o ponto, no futuro, em que se pudesse passar à fase de erradicação e à retirada da vacinação.

Agora, esse futuro chegou. Vivemos uma etapa do programa em que muitos estados estão evoluindo seu *status*, substituindo a segurança até então provida pela vacinação por medidas de prevenção, mitigação de risco, vigilância epidemiológica e preparação para emergências. Nesse novo cenário, porém, a importância da detecção precoce, sempre necessária, cresceu exponencialmente. Se antes era possível contar com adequados níveis imunitários de bovinos e bubalinos para conter a disseminação do vírus em alguma medida, hoje essa "segurança" caiu por terra nos estados que estão avançando em seus *status*.

A pergunta formulada é a seguinte: como substituir a vacinação em uma possível reintrodução da doença? A execução a contento de ações de emergência zoossanitária, descritas no plano de contingência para febre aftosa, é um ponto-chave. Esses procedimentos, porém, dependem de dois fatores: qualidade e temporalidade das ações. Mesmo que sejam bem executadas, se tardias, não trarão os resultados pretendidos.

A execução de ações de contenção de um foco no momento adequado, por sua vez, depende da detecção precoce, a qual se ampara na vigilância passiva – a notificação que parte do produtor ou responsável pelos animais ao Serviço Veterinário Oficial. O controle da dispersão de uma doença com o curso da febre aftosa não se sustenta apenas com a vigilância ativa. Uma vez terminado o período de incubação da doença (geralmente curto, de três a cinco dias), um animal infectado estará completamente curado no aspecto clínico em 15 dias, e terá material adequado para colheita e envio de amostras ao laboratório apenas nos primeiros cinco. Qual a chance do Serviço Veterinário Oficial chegar a tempo de conter um foco em uma ação de vigilância ativa de rotina?

O segredo para o sucesso do Pnefa cada vez mais recairá no papel da iniciativa privada na vigilância da doença. Para que isso se concretize, a palavra de ordem é confiança entre setor público e privado. Um produtor atingido pela reintrodução do vírus em sua propriedade terá grandes prejuízos, mas deve entender que, quanto mais demore a notificar o caso, maiores e mais abrangentes serão as perdas, podendo atingir grande parte do País.

Precisamos urgentemente pensar em como cultivar a confiança entre os setores público e privado . A estruturação de fundos de indenização de ações de educação em saúde animal são um bom começo. Mas serão suficientes? Nós, do Serviço Veterinário Oficial, devemos estar de ouvidos atentos para os anseios do setor privado e para novas ideias que possibilitem o atendimento de objetivos comuns. ■

FREEPIK

CHAPA INTEGRAÇÃO É ELEITA COM 63,6% DOS VOTOS E IRÁ GERIR O CRMV-SP A PARTIR DE AGOSTO

Mais de 24,7 mil profissionais utilizaram o sistema on-line para a votação

A chapa Integração foi eleita com 15.948 votos, o que corresponde a 63,6% do total registrado na eleição realizada nos dias 09 e 10/03/2021. Única a se candidatar para o pleito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), a chapa fará a gestão da autarquia durante o triênio 2021-2024.

Ao todo foram computados 25.052 votos, somando os válidos, nulos e em branco. Só no sistema on-line votaram 24.721 profissionais, dos quais 15.682, na chapa Integração. Por correspondência, o CRMV-SP recebeu 283 votos. Já a votação presencial, que ocorreu por agendamento, registrou apenas 48 votos, devido às restrições da fase vermelha do plano de combate a Covid-19 em vigor no Estado.

Atual vice-presidente do Conselho e presidente da chapa eleita, o médico-veterinário Odemilson Donizete Mossero comemorou não apenas os resultados, mas, principalmente, o envolvimento da classe médica-veterinária e zootécnica.

"Levando em conta o momento atípico e difícil que estamos enfrentando por conta da pandemia, esta adesão expressiva se mostra ainda mais importante", disse Mossero, que agradeceu a todos os que depositaram confiança nas propostas da chapa e que reconhecem o trabalho que vem sendo realizado no Conselho nas últimas gestões.

Presente na sede do Regional, em São Paulo, durante a eleição, o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida, parabenizou a organização. "Foi uma eleição tranquila, com adesão majoritária ao voto on-line e uma votação presencial seguindo todas as recomendações sanitárias necessárias. A equipe de colaboradores do CRMV-SP está de parabéns pelo trabalho, dedicação e profissionalismo."

Dedicação pela classe

Implementado de forma inédita pelo CRMV-SP em 2018, o sistema de voto on-line ficou disponível, neste ano, por cinco dias para as trocas de senhas e por dois dias para a votação dos profissionais. Uma central de atendimento telefônico, com mais de 40 pessoas em *home office*, foi

ACERVO CRMV-SP

configurada para esclarecer as dúvidas e auxiliar os profissionais no processo.

"Os meus mais sinceros agradecimentos pelo apoio e comprometimento de todos os envolvidos no atendimento aos colegas eleitores nesse dia tão importante para o Conselho. A equipe de TI, em especial, se desdobrou para atender a todas as demandas. Eterna gratidão a todos", comentou o atual presidente do CRMV-SP, médico-veterinário Mário Eduardo Pulga.

Dever cumprido

A presidente da Comissão Eleitoral deste pleito, Prof. Dra. Cláudia Sophia Leschonski, enfatizou a transparência e integridade dos trabalhos. "É uma vitória que tenhamos realizado o processo em meio à pandemia e todas as suas implicações. Sou grata aos eleitores que se esforçaram para participar e, também, aos colegas e funcionários que deram um exemplo de trabalho em equipe em meio às adversidades que a pandemia representou."

Cláudia argumenta que o processo eleitoral é um trâmite democrático exigido por lei e que foi plenamente cumprido pelo CRMV-SP. "A essência da democracia é o respeito entre os divergentes e, no contexto das eleições de um Conselho, o foco deve ser o engrandecimento da profissão e a valorização da classe", frisa. ■

ACERVO CRMV-SP

GESTÃO TRIÊNIO 2021-2024

Nome	Nº Inscrição	Cargo
Odemilson Donizete Mossero	CRMV-SP nº 2889	Presidente
Fabio Fernando Ribeiro Manhoso	CRMV-SP nº 6983	Vice-presidente
Fernando Gomes Buchala	CRMV-SP nº 6148	Secretário-geral
Rosemary Viola Bosch	CRMV-SP nº 3024	Tesoureira
Carlos Eduardo Larsson	CRMV-SP nº 1037	Conselheiro Efetivo
Mirela Tinucci	CRMV-SP nº 3504	Conselheira Efetiva
Mussi Antonio de Lacerda	CRMV-SP nº 3065	Conselheiro Efetivo
Rogerio Arno Miranda	CRMV-SP nº 4816	Conselheiro Efetivo
Silvio Arruda Vasconcellos	CRMV-SP nº 1199	Conselheiro Efetivo
Suely Stringari de Souza	CRMV-SP nº 1576	Conselheira Efetiva
Ana Claudia Ambiel	CRMV-SP nº 1148/Z	Conselheira Suplente
Felipe Consentini	CRMV-SP nº 14495	Conselheiro Suplente
Martin Jacques Cavaliero	CRMV-SP nº 5260	Conselheiro Suplente
Mitika Kuribayashi Hagiwara	CRMV-SP nº 0521	Conselheira Suplente
Raphael Hamaoui	CRMV-SP nº 25238	Conselheiro Suplente
Rodrigo Soares Mainardi	CRMV-SP nº 15674	Conselheiro Suplente

Odemilson Donizete Mossero

Médico-veterinário, atual vice-presidente e presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP, presidente eleito para o triênio 2021-2024.

'Os grandes desafios da nova gestão estão relacionados à necessidade de integração e união de nossos profissionais, visando a valorização das classes. Vamos nos aproximar também das Regionais, porque muitos dos problemas das profissões acontecem no próprio município, onde podem ser resolvidos, desde que tenham organização e estrutura associativa envolvida. O Conselho pretende apoiar e incentivar esse tipo de trabalho. Para melhorar nossa atuação, vamos fazer concurso e contratar mais médicos-veterinários para que a fiscalização técnica seja implementada cada vez mais e de uma forma orientativa aos nossos colegas médicos-veterinários e zootecnistas."

Fábio Fernando Ribeiro Manhoso

Médico-veterinário, coordenador do Curso de Medicina Veterinária da Universidade de Marília, conselheiro efetivo e presidente da Comissão de Homeopatia do CRMV-SP e presidente da Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e vice-presidente eleito para o triênio 2021-2024

"Como vice-presidente, quero participar de forma muito ativa do trabalho e das decisões da diretoria. Tenho no Dr. Odemilson um grande espelho para o exercício da vice-presidência, porque enquanto vice-presidente sempre foi muito atuante. Quero participar das decisões administrativas e trabalhar para o fortalecimento de nossas profissões. Espero realizar esse trabalho com muito empenho e com a ajuda de todos. O trabalho em equipe vai nos proporcionar, de forma rápida e transparente, o reconhecimento da sociedade, a dignidade da profissão e a ampliação dos nossos horizontes e de nossas áreas de atuação."

Fernando Gomes Buchala

Médico-veterinário, coordenador de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, com experiência na área de Defesa Animal e ênfase em Epidemiologia, e secretário-geral eleito para o triênio 2021-2024

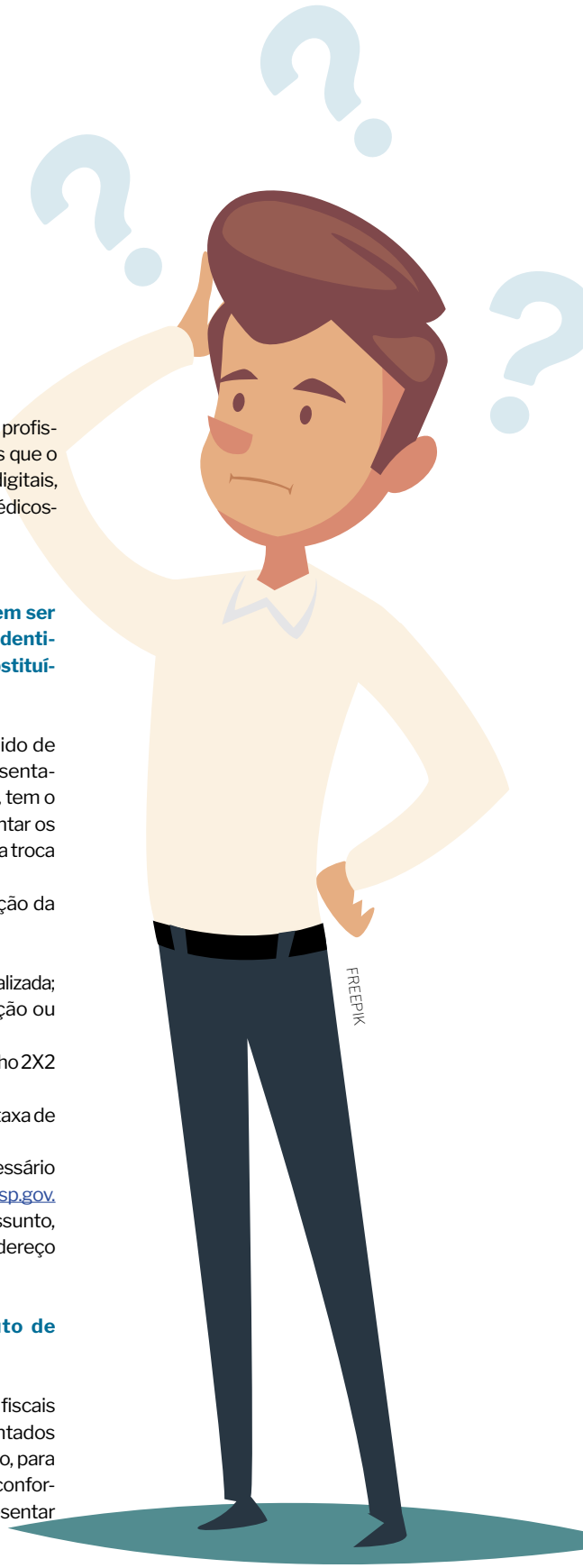
"Sinto-me honrado em fazer parte da equipe que compõe a chapa Integração, colegas do mais alto nível pessoal e profissional. Tenho certeza de que juntos buscaremos as melhores soluções para os desafios contemporâneos. Espero corresponder aos compromissos assumidos com muito trabalho e dedicação. Na função de secretário-geral, pretendo administrar o nosso Conselho de forma profissional, transparente e equilibrada, dando continuidade a todos os avanços e conquistas das últimas administrações, imprimindo um modelo de gestão com as especificidades e características próprias do nosso futuro presidente."

Rosemary Viola Bosch

Médica-veterinária e zootecnista, presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica e conselheira do CRMV-SP, membro relator da Comissão de Ética no Uso de Animais da Faculdade de Medicina e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP) e tesoureira eleita para o triênio 2021-2024

"Os desafios são enormes, mas o objetivo deste grupo é integrar médicos-veterinários e zootecnistas em benefício da saúde animal, humana e do meio ambiente. Como função prioritária e legal do Sistema CFMV/CRMVs, tornar o serviço de fiscalização cada vez mais aprimorado e qualificado, com a contratação de novos fiscais médicos-veterinários fazendo com que todo o Estado tenha de forma plena essa ação legal que prima pela qualidade dos serviços que nossas profissões levam à sociedade. Destacando a importância da coibição sistemática ao exercício ilegal da profissão, dando segurança à sociedade e garantindo tranquilidade ao profissional cumpridor dos seus deveres."

QUAL A SUA **DÚVIDA?**



O Informativo CRMV-SP possui um espaço fixo destinado a esclarecer dúvidas dos profissionais. A cada edição, responderemos alguns dos principais questionamentos que o Conselho recebe dos colegas, por meio de telefone, e-mail e mídias sociais digitais, sobre fiscalização, denúncias e processos éticos, entre outros temas pertinentes aos médicos-veterinários e zootecnistas.

Como faço para solicitar parcelamento de multa?

O pedido de parcelamento deverá ser apresentado por escrito ao Setor de Multas do CRMV-SP. O profissional pode solicitar o envio de simulação de parcelamento (que pode ser de uma a 24 parcelas) por meio do e-mail: multas@crmvsp.gov.br. A partir deste contato, o profissional também receberá o formulário de solicitação de parcelamento, o qual deverá ser preenchido e assinado, e devolvido ao Setor de Multas. Os documentos poderão ser enviados ao Regional por e-mail (descrito acima); por correspondência física para a sede ou para uma das Unidades Regionais de Fiscalização e Atendimento (Urfa); ou pessoalmente. O parcelamento da multa obedece a Resolução CFMV nº 867/2007.

Quais os pisos salariais para médicos-veterinários?

Todas as dúvidas trabalhistas deverão ser dirigidas ao Sindicato dos Médicos-Veterinários (Sindimvet). Para isso, acesse www.sindimvet.org.br.

Qual a duração do contrato de prestação de serviços técnicos?

O prazo máximo de duração do contrato de prestação de serviços técnicos é de 12 (doze) meses, sendo obrigatória a sua renovação para a continuidade das atividades, conforme previsto na Resolução CFMV nº 1.041/2013.

Quais são os documentos que devem ser apresentados para que a cédula de identidade profissional provisória seja substituída pela definitiva?

O profissional que realizou o pedido de inscrição provisória mediante a apresentação do certificado de colação de grau, tem o prazo de 12 (doze) meses para apresentar os documentos relacionados abaixo para a troca do documento definitivo.

- ✔ Requerimento para a substituição da cédula;
- ✔ Diploma original;
- ✔ Carteira de identidade ou RNE atualizada;
- ✔ Cédula provisória para devolução ou Boletim de Ocorrência;
- ✔ Duas fotografias recentes, tamanho 2X2 (foto para documento);
- ✔ Comprovante de pagamento da taxa de emissão da cédula definitiva.

Para a solicitação do boleto é necessário enviar e-mail para: atendimento@crmvsp.gov.br e informar "cédula definitiva" no assunto, assim como nome completo, CPF, endereço e telefone.

Qual o prazo para defesa de auto de infração?

O estabelecimento autuado pelos fiscais do CRMV-SP tem 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão do Auto de Infração, para providenciar a regularização das não conformidades perante o órgão ou para apresentar a defesa.

ATENÇÃO: por conta da pandemia da Covid-19, acesse o site ou as redes sociais do CRMV-SP para saber se houve alteração no atendimento ou nos prazos mencionados. É possível também entrar em contato com o Conselho pelo número (11) 5908-4799 e clicar na opção referente ao setor com o qual deseja falar. ■

SETOR VETERINÁRIO PODE PRODUZIR MILHARES DE DOSES DE VACINA CONTRA A COVID-19 PARA HUMANOS

Reflexão sobre a saúde como uma só, sem barreiras entre a medicina humana e a animal, no enfrentamento à crise sanitária global vem à tona

O parque industrial de saúde animal brasileiro é estratégico para o combate à pandemia. Isso porque nele é possível a produção centenas de milhares de doses de vacinas inativadas contra a Covid-19 para humanos. A contribuição do setor médico-veterinário pode acelerar a imunização da população contra a doença, além de reforçar o conceito de Saúde Única, no qual não há barreiras entre a Medicina Veterinária e a Humana.

Das plantas fabris de vacinas veterinárias do País, três possuem nível NB3+ de biossegurança e podem ser adaptadas para a produção de vacina inativada de coronavírus. "Para se ter uma ideia do que este patamar de segurança significa, bastaria elevar apenas um nível para que estas unidades possam trabalhar com o vírus Ebola", comenta o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), o médico-veterinário Mário Eduardo Pulga.

Presidente da Comissão de Pesquisa Clínica Veterinária do CRMV-SP, a médica-veterinária Greyce Balthazar Lousana corrobora com a fala de Pulga ao comentar que "se uma vacina será produzida para ser utilizada em humanos ou em animais, isso não faz com que processos de desenvolvimento, produção, distribuição, utilização, monitoramento dos indivíduos que utilizaram tais produtos, relatos de eventos adversos, seja mais ou menos confiável."

A alternativa foi foco de empenho em tratativas do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) junto ao Senado, ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Instituto Butantan.

Expectativa em colaborar

De acordo com o vice-presidente executivo do Sindan, o médico-veterinário Emílio Carlos Salani, tanto a Anvisa quanto o Mapa já colocaram esta avaliação como prioridade. "Estivemos em reuniões visando a aproximação dos gestores de fábricas que podem contribuir para com a produção de vacinas inativadas de coronavírus com os detentores da tecnologia destas vacinas", explicou.

Após reunião com a diretoria-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, confirmou que o governo federal avalia o uso de fábricas de produtos para animais para ampliar a capacidade de imunização da população brasileira contra a Covid-19.

Salani ressalta que agora as empresas precisarão avaliar as possibilidades econômicas e de tempo de produção, bem como as autorizações regulatórias necessárias. Os próximos passos envolvem, ainda, fatores como análise da tecnologia e visita às plantas. "Acredito na viabilidade", frisa.

O projeto de lei n° 1.343/2021 também foi apresentado pelo senador Wellington Fagundes visando autorizar que estruturas industriais destinadas a fabricação de produtos de uso veterinário no Brasil sejam utilizadas temporariamente para a produção de vacinas contra a Covid-19.

Uma comissão temporária do Senado deve visitar os três parques fabris, juntamente com representantes dos ministérios da Saúde e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assim como da Anvisa, para conhecer as instalações e verificar as adaptações e investimentos necessários.

Saúde Única como pilar

Se por um lado as tratativas geraram expectativa para que mais pessoas sejam vacinas em menor espaço de tempo, por outro, ainda há questionamentos quando às condutas com a saúde animal, muitas vezes vistas como inferiores em tecnologia e segurança quando comparadas às da saúde humana. Esta visão equivocada está muito atrelada à ausência de compreensão do conceito de Saúde Única, ou seja, na ideia de que não há saúde humana sem saúde animal e ambiental.

O conceito tem sido seriamente discutido internacionalmente, em especial pela relação de desequilíbrios ambientais com o surgimento de doenças que afetam animais e humanos. "No Brasil, porém, ainda há muito a ser feito para que haja integração entre especialidades e setores", afirma a presidente da Comissão Técnica de Saúde Pública Veterinária do CRMV-SP, Adriana Maria Lopes Vieira.

"Não há uma diferença de padrão de qualidade entre as fábricas de produtos médicos-veterinários e as de produtos para humanos", enfatiza o presidente do CRMV-SP, Mário Eduardo Pulga, cuja carreira se consolidou na indústria farmacêutica veterinária.

Combate à febre aftosa e sua herança valiosa

O presidente do CRMV-SP explica que as três plantas de nível 3 de biossegurança produzem vacinas contra a febre aftosa para bovinos, "doença que eleva a régua de exigências de segurança, um fator determinante para as exportações."

As vacinas contra febre aftosa estão inseridas no contexto do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (Pnefa), com início em 1992 e diversas fases acompanhadas pelo vice-presidente e presidente da Comissão Técnica de Saúde Animal do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, durante o período em que atuou no Mapa.

"Tive a oportunidade de acompanhar a evolução da produção de vacinas no Brasil por laboratórios particulares, controlada pelo Ministério. Posso dizer que os níveis de biosseguridade são muito elevados", diz Mossero, que ainda comenta que todas as partidas produzidas são testadas não só na própria indústria, mas também pelos laboratórios do Mapa, após a colheita oficial de amostras. "Ou seja, há uma dupla testagem em 100% das partidas produzidas", pontua.

Mossero argumenta que para atender a todas as exigências, as indústrias investiram em instalações que atendem os quesitos de segurança biológica e, também, na preparação dos profissionais envolvidos na produção.

Pulga menciona que o nível de segurança está não apenas no produto final, na vacina em si, mas em todos os processos que possam ter impactos na saúde pública. "Há um arcabouço de procedimentos para redução de riscos de escape do vírus, com tratamento de água, ar e resíduos sólidos. Todos esses aspectos corroboram para que a produção de vacinas contra a Covid-19 nestas fábricas seja completamente viável para ajudar no combate à pandemia."

A indústria de vacinas veterinárias

De acordo com o Sindan, o parque industrial nacional de vacinas veterinárias soma 23 fábricas, as quais são operadas por 22 empresas privadas instaladas no País.

Ainda conforme dados do sindicato, do total 13 fábricas produzem vacinas para bovinos, 11 para aves, cinco para suínos e 10 para animais de companhia, totalizando 39 linhas de produção.

Em nota oficial recente, o Sindan ressaltou que essas vacinas são utilizadas tanto em programas oficiais de imunização quanto para a prevenção de doenças específicas, visando manter a sanidade dos animais de produção e pets no Brasil. O sindicato destaca que tais produtos são fundamentais ao bem-estar animal e à produção de proteínas, segmento no qual o Brasil é líder mundial, garantindo a qualidade e a segurança dos alimentos que chegam à mesa do consumidor, tanto no País quanto no exterior. ■

MÉDICO VETERINÁRIO, PREPARE-SE PARA O NOVO

O nosso encontro será ainda em **2021**.
Em breve teremos **novidades.**

Aguarde,

PET +Vet EXPO

petvetexpo.com.br

Descubra ainda mais novidades no site e acompanhe as nossas redes sociais

/petvetexpo @petvetexpo /pet-vet-expo

Organização e Promoção

NÜRNBERG MESSE

Aliança Global

abhv NAVC HospitalarVet CRMVSP VCA Animal Hospitals

Parceiro de Conteúdo

HIRIA

FREEPIK

PROFISSIONAIS ORIENTAM COMO SE PREPARAR PARA SE DESTACAR NO MERCADO

Recém-formados precisam planejar a carreira que pretendem trilhar

A pandemia de Covid-19 vem mudando consideravelmente as relações de trabalho, mas algo talvez continue: a insegurança dos recém-formados em seus primeiros passos na profissão. Diploma na mão e agora? Como planejar o caminho profissional?

Para o médico-veterinário Marcio Thomazo Mota, presidente da Comissão Técnica de Clínicos de Pequenos Animais, do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CTCPA/CRMV-SP) e da Federação das Entidades Veterinárias Regionais do Estado de São Paulo (Feveresp), o principal ponto é definir a qual segmento da profissão o recém-formado pretende se dedicar, como, por exemplo, clínica/cirurgia de pequenos animais, de grandes animais, produção animal, inspeção de alimentos, dentre outros.

"Coloque no papel o caminho a trilhar, quem são as referências, entidades que podem lhe ajudar e empresas da área. No caso de ser um empreendedor, como criar sua empresa, como ela será, onde irá atuar e procurar também ajuda de entidades que fomentem o empreendedorismo. Quais cursos irão enriquecer a caminhada, qual o melhor momento para fazê-los. Além disso, delimite as empresas onde quer trabalhar, defina sua meta de salário e aonde quer chegar como profissional. Desenhar todo o percurso da sua carreira profissional é muito importante", explica Mota.

Um profissional de visão deve planejar sua carreira ainda enquanto graduando. De acordo com Fábio Fernando Ribeiro Manhoso, conselheiro efetivo do CRMV-SP e coordenador do curso de Medicina Veterinária da Universidade de Marília, a formação de um currículo profissional começa no início da graduação, por meio das atividades de extensão, eventos, palestras, congressos, monitoria, iniciação científica e, principalmente, estágios.

"Isso garante a experiência de um recém-formado quando vai pleitear uma vaga, por exemplo, em um estabelecimento médico-veterinário. É importante manter esse aprimoramento técnico, mas com um olhar humanístico. É preciso estar próximo ao cliente", enfatiza o conselheiro.

Procura constante pelo conhecimento

É fundamental que o recém-formado agregue conhecimento e os cursos de pós-graduação, segundo Manhoso, direcionam o profissional para uma especialidade, visto que a graduação é generalista, seguindo o modelo recomendado pelo Ministério da Educação.

"Considero que o grande investimento que um médico-veterinário recém-formado deve fazer é ingressar em um programa de residência ou aprimoramento em Medicina Veterinária, o que irá propiciar uma formação técnica ao profissional. O recém-formado permanece por dois anos nas instituições, com dedicação exclusiva à área escolhida, totalizando quase quatro mil horas entre o primeiro e o segundo ano. Quando falamos de pós-graduação, não tenho dúvida de que essa é a modalidade que diferencia imensamente o profissional", ressalta Manhoso.

A dica de Mota para o recém-formado ou para quem está quase terminando a universidade é que vá para o mercado de trabalho, antes de uma pós ou especialização. "Conheça o mercado que você irá trabalhar e suas infinitas possibilidades, especialidades e caminhos que podem percorrer, inclusive, por meio de um bom programa de residência. Tenha esse contato, aplique o aprendido na prática, sinta se isso é realmente o que quer, e o que está lá no seu planejamento, não há problema nenhum em mudar", explica.

Para o presidente da CTCPA/CRMV-SP, somente, então, o profissional deve direcionar seus estudos para a área escolhida, procurando cursos on-line para um direcionamento, buscando especialização ou pós-graduação conceituada na área escolhida. "Nunca se esqueça dos estágios, procure referências na área, se possível busque uma experiência internacional, leia livros recomendados e mantenha-se sempre atualizado com trabalhos, papers e periódicos", afirma Mota, que considera como características ideais do recém-formado, consciência de que o caminho está apenas começando, empatia, vontade de aprender e humildade.

ACERVO PESSOAL/DANIELLE LIMA

Danielle Lima: o segredo do networking é compartilhar sem pedir nada em troca

Networking

No caso da construção da rede de contatos, começar ainda na graduação pode garantir várias portas abertas para o recém-formado. Danielle Lima, especialista em desenvolvimento humano e consultora de carreira, lembra que construir networking é item essencial para qualquer profissional e começa no dia a dia com o colega de faculdade.

"Outra forma de ampliar a rede de relacionamento profissional é participar de fóruns de discussão, palestras, grupos de WhatsApp e estudo, fazendo-se relevante, interagindo e contribuindo. O grande segredo do networking é #givefirst (dar primeiro), sempre compartilhe, apóie e ajude sem pedir nada em troca, isso te leva a construir relações interessantes", enfatiza Danielle.

Mota destaca a participação em eventos da classe, lançamentos da indústria veterinária e congressos como forma de ampliar a rede de contatos. "É importante que esse contato seja espontâneo, honesto e natural, pois o networking forçado pode ser prejudicial", explica, ressaltando que uma boa dica também é filiar-se a entidades de classe, sejam regionais, estaduais, nacionais ou até as de especialidades, além de participar das atividades do próprio Conselho.

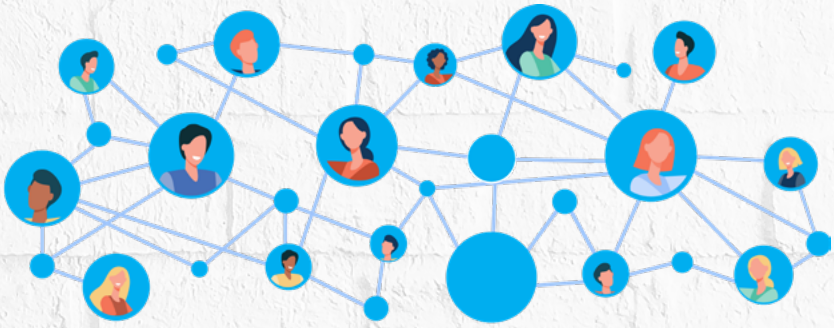
Manhoso enfatiza que, para competir no mercado de trabalho, o recém-formado tem que levar os contatos que fez, seja de quando participou de um evento, organizou uma semana acadêmica, esteve com seu orientador dos estágios extracurriculares ou curriculares, ou, ainda, ao integrar entidades de classe e associações nos municípios.

"O médico-veterinário também tem que saber se comunicar e se apresentar à sociedade e óbvio que essa rede de contatos é muito importante para ser inserido no mercado de trabalho, inclusive, indicado pelos próprios colegas. Então, quando um recém-formado busca uma determinada especialidade e investe naquilo, muitas vezes, os próprios colegas, que estão ao seu redor, vão encaminhar a ele os seus pacientes", explica Manhoso.

Tempo de recalcular a rota

Danielle acredita que o primeiro passo na carreira é apenas um passo, que nada precisa ser escrito em pedra e que a qualquer momento é possível recalcular a rota de sua carreira. Entretanto, "é preciso entender onde se quer atuar, em clínica ou empresa, entender qual especialidade com que mais se identifica". Vejam as dicas da consultora:

- Recorde quais matérias você mais se identificava durante a formação, quais leituras ou trabalhos que prendiam sua atenção;
- Converse com profissionais mais experientes sobre sua carreira, para entender como é a rotina deles, quais os principais desafios enfrentados;
- Existem diversas formas de agregar conhecimento, mas o mais importante é buscar alternativas para que esses conhecimentos possam ser praticados ou até compartilhados;
- O conhecimento é absorvido e consolidado quando colocamos em prática ou quando ensinamos. Busque possibilidades de aplicá-lo, por exemplo, criando grupos de estudos. ■



FREEPIK

CAMPANHA DO SISTEMA CFMV/CRMVs ENFATIZA O **PROTAGONISMO DOS PROFISSIONAIS DA ZOOTECNIA**

No próximo Encontro dos Zootecnistas do CRMV-SP, as palestras darão lugar a painéis com debates

Com o tema "Gente que faz acontecer", o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e os regionais realizam, a partir de 10 de maio, a Campanha Dia do Zootecnista 2021, que destaca a atuação dos profissionais nas áreas da Economia, Educação e Genética. A ideia é trazer o conceito da valorização profissional, colocando o zootecnista como protagonista da ação e apontando o impacto de seu trabalho no dia a dia da sociedade.

A Campanha nacional contará com vídeos institucionais, *spots*, *podcasts*, matérias, *hotsite* especial, inserções nas redes sociais, anúncios de jornal, outdoors e busdoors. Como personagens nas áreas de Economia/Agronegócio, Consolata Maria Oliveira Piastrella (Goiás); de Educação, Gerson Guarez Garcia (Rio Grande do Sul); e de Genética, Liliane Suguisawa (São Paulo).

Além das ações conjuntas com todo o Sistema CFMV/CRMVs, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) promove o Encontro dos Zootecnistas, de 11 a 13 de maio. Pelo segundo ano consecutivo, por conta da pandemia de Covid-19, o evento será realizado de forma on-line.

"As restrições ocasionadas pela pandemia forçaram nossa adaptação a meios remotos que se mostraram viáveis e produtivos. Provavelmente, a educação continuada, antes realizada presencialmente, também será diferente neste 'novo normal'", afirma Celso Carrer, zootecnista, professor associado na área de Empreendedorismo da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, da Universidade de São Paulo (FZEA-USP) e presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino (CTZE) do CRMV-SP.

Neste ano de 2021, a novidade fica por conta do formato, as palestras dão lugar a painéis de discussão com profissionais renomados, nas mesmas áreas definidas pela campanha nacional.

Para Paulo Marcelo Tavares Ribeiro, zootecnista, professor universitário nos mestrados profissionais de Administração de Empresas, Governança corporativa e Saúde e Bem-estar animal das Faculdades Metropolitanas Unidas, e membro suplente da CTZE/CRMV-SP, eventos como o Encontro são extremamente relevantes para debater ideias que visem melhorar a empregabilidade e a geração de riquezas, assim como novas tecnologias são essenciais para abrir novas áreas de atuação na profissão e alternativas para o País.

"Cabe ressaltar que, mais uma vez, o Agronegócio, com a liderança dos produtores e com os profissionais das ciências zootécnicas e agrárias, segura o PIB nacional, contribuindo para uma queda menor da economia durante a pandemia e garantindo o abastecimento das famílias", enfatiza Ribeiro.

Agronegócio

O painel "Zootecnia: engrandecendo a economia e o agronegócio nacional" abrirá o Encontro e terá o zootecnista Paulo Marcelo Tavares Ribeiro como um dos participantes, ao lado do conselheiro do CRMV-SP e diretor do Instituto de Zootecnia, Dr. Luiz Ayrosa, e coordenadora do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade e Meio Ambiente do Conselho Mundial da Avicultura e diretora técnica adjunta da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Dra. Sulivan Pereira Silva, ex-conselheira da autarquia.

Mestre em Zootecnia e doutor em Engenharia de Produção com ênfase em Gestão de Sistemas Agroindustriais, Ribeiro é diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE Sampa), responsável por projetos de inovação, *startups* e desenvolvimento local.

"Minha expectativa é muito boa, espero contribuir para o debate trazendo uma visão crítica e inovadora. É o momento de pensar fora da caixa e encontrar novos caminhos", destaca Ribeiro.

Educação

Mestre em Medicina Veterinária e doutor em Engenharia Agrícola, com experiência prática como empresário e gestor de vários empreendimentos na área do Agronegócio, Celso Carrer será um dos debatedores no Painel "Zootecnia e educação: da universidade para o mercado".

Ao lado dele no painel estão também a docente da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP) e ex-presidente da Associação Brasileira de Zootecnia (ABZ), Dra. Célia Regina Orlandelli Carrer; e a presidente da Comissão Nacional de Educação em Zootecnia do CFMV, coordenadora da graduação da Universidade do Oeste Paulista e conselheira eleita para a próxima gestão do CRMV-SP, Ana Cláudia Ambiel.

O presidente da CTZE do CRMV-SP ressalta a importância dos painelistas debaterem questões em áreas tão estratégicas para a profissão e destaca que a oportunidade de ter a participação do público nas discussões estimula ainda mais as reflexões.

ARQUIVO PESSOAL

Celso Carrer

"Creio que um dos principais benefícios deste tipo de encontro é gerar oportunidades para a formação de *networking* e ampliação de nossos horizontes em relação a cada tema abordado, todos muito atuais e demandados em nossa profissão. Claro que a temática da educação permeia todos os assuntos e daí a importância do painel", afirma Carrer.

Genética

Encerrando o Encontro, o Painel "Zootecnia e genética: ampliando a capacidade de produção nacional" terá entre os debatedores a zootecnista Liliane Saguisawa, mestre em Ciência Animal e Pastagens e doutora em Zootecnia. Ao lado dela, no painel, estarão também o Dr. Willian Koury Filho, membro da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP; e Dra. Tabatha Silvia Rosini Lacerda, membro da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP, analista técnica da ABPA e do Instituto Ovos Brasil.

ARQUIVO PESSOAL
Liliane Suguisawa

Diretora técnica da Designer Genes Technologies Brasil Consultoria Empresarial Ltda (DGT Brasil), professora de pós-graduação da Unoeste e da Universidade da Pecuária, Liliane afirma que "a área da genética é o primeiro pilar de construção da produção animal. É a base de tudo e com o conhecimento sobre ela nas mãos, aliada ao ambiente adequado, conseguimos obter o melhor do animal, encurtando o caminho para chegarmos a um objetivo na produção."

Para a zootecnista, o País caminha para ter mais eficiência e mais qualidade à produção de carne, o que no Agronegócio significa incremento na geração do lucro, sem precisar de área maior e sem agredir o meio ambiente. "Acredito que o Brasil vai dominar o mundo na questão dos alimentos. Pelo nosso ambiente, sem neve, frio, terremoto, só temos bênçãos", ressalta Liliane.

Impactos no dia a dia e no mercado

A definição de "gente que faz acontecer" mencionada na Campanha do Sistema CFMV-CRMVs traz, segundo Carrer, uma abordagem direta ao desempenho do profissional como empreendedor e agente de mudanças voltadas para o benefício da sociedade. "O Zootecnista é um empreendedor por natureza e aprende a vencer qualquer tipo de barreira que encontra com muita resiliência e determinação."

Carrer destaca que, como professor de empreendedorismo, percebe que trabalhar questões de formação empreendedora, fortemente ligadas a um contexto de mudança comportamental nos profissionais que ingressam no mercado é algo altamente estratégico hoje para todo o sistema agroalimentar e de biomassas mundial, uma vez que o Brasil é um dos principais atores deste setor produtivo em todo o planeta.

Os zootecnistas conseguiram avançar profissionalmente em diversos setores, segundo Ribeiro, os resultados da pecuária nacional, das indústrias e até mesmo das politicas públicas contaram com a participação de profissionais que estão se destacando, atuando em grandes companhias, órgãos públicos e instituições de pesquisa e ensino. "Acredito que o zootecnista conseguiu se adaptar às novas exigências de mercado e estão respondendo com muita habilidade." ■

O Encontro dos Zootecnistas 2021 acontecerá de forma on-line, de 11 a 13 de maio, das 18h às 20h, confira a programação:

Dia 11

Zootecnia: engrandecendo a economia e o agronegócio nacional
Painel com Dr. Paulo Marcelo Tavares Ribeiro, membro da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP; Dr. Luiz Ayrosa, conselheiro do CRMV-SP e diretor do Instituto de Zootecnia; e Dra. Sulivan Pereira Silva, coordenadora do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade e Meio Ambiente do Conselho Mundial da Avicultura diretora técnica adjunta da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Dia 12

Zootecnia e educação: da universidade para o mercado
Painel com Dr. Celso Carrer, professor e presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP; Dra. Célia Carrer, professora e ex-presidente da ABZ; e Dra. Ana Cláudia Ambiel, presidente da Comissão Nacional de Educação em Zootecnia do CFMV e conselheira eleita para próxima gestão do CRMV-SP.

Dia 13

Zootecnia e genética: ampliando a capacidade de produção nacional
Painel com Dra. Liliane Suguisawa, professora na pós-graduação da Unoeste e Universidade da Pecuária; Dr. Willian Koury Filho, membro da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP; e Dra. Tabatha Silvia Rosini Lacerda, membro da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP, analista técnica da ABPA e do Instituto Ovos Brasil.

MÉDICA-VETERINÁRIA INTEGRA A EQUIPE RESPONSÁVEL PELO **SORO ANTI-COVID DO INSTITUTO BUTANTAN**

Camila Bianconi participou da pesquisa para o tratamento à Covid-19, autorizado para testes em humanos pela Anvisa

ARQUIVO PESSOAL

Entre as principais motivações para a sua escolha pela Medicina Veterinária está a admiração pelos equídeos. Hoje, ela figura entre as 26,2 mil profissionais do sexo feminino registradas em São Paulo e ajuda escrever um importante capítulo da história da ciência. Estamos falando da médica-veterinária Camila Bianconi, que integra a equipe que desenvolveu o soro anti-covid no Instituto Butantan (IB).

Foram aproximadamente seis meses de trabalho com os cavalos do IB, que produziram anticorpos contra a doença. O soro foi testado em hamsters e, no dia 24 de março, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) autorizou a realização de testes em humanos. A autorização permite que o soro seja aplicado em pessoas contaminadas pela doença, visando amenizar os sintomas de pacientes com infecção recente e alto risco de desenvolvimento de quadros graves.

Os testes serão feitos em parceria com o Hospital do Rim e o Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo (USP). Nesta etapa do processo serão estabelecidos os parâmetros necessários para o uso do soro, tais como dosagens, a fase da doença em que poderá ser administrado, bem como as especificações quanto a perfis de pacientes.

"Participei da fase do recebimento do antígeno, seleção dos animais, imunização dos cavalos e acompanhamto da resposta imune dos animais, que foram monitorados diariamente até a realização das colheitas de sangue", conta Camila, coordenadora de produção e responsável técnica do departamento de obtenção de plasma hiperimune do IB.

Sobre estar entre os profissionais envolvidos neste importante trabalho, em prol da saúde pública não apenas brasileira, mas mundial, Camila fala em gratidão com o mesmo olhar de amor pelos equinos que a fizeram começar sua jornada na Medicina Veterinária.

Incentivo desde a infância

Um dos principais incentivadores desta trajetória é o pai de Camila, que chorou ao saber da participação da filha no desenvolvimento do soro. "Ele nunca teve uma visão machista e sempre me incentivou a ir em busca do que eu queria. Foi assim a minha criação", diz a médica-veterinária.

Com o apoio da família e muita obstinação para atingir a sua realização profissional, Camila se graduou, fez mestrado em imunidade de potros e se dedica ao doutorado em clínica e cirurgia. "É uma rotina agitada, em que fico por conta do trabalho durante a semana e, do doutorado aos finais de semana", menciona ela, que se diz realizada com as escolhas de vida.

Orgulho de ser Butantan

Camila chegou ao IB há dois anos e está muito feliz por integrar o quadro de profissionais da fazenda do órgão, localizada em São Roque (SP), onde há uma população de cerca de mil cavalos.

"O instituto é um grande orgulho brasileiro e os cavalos têm uma enorme importância para a produção de antisoros destinados ao tratamento pós-exposição de doenças como tétano, botulismo e raiva", frisa Camila, que ainda enfatiza o destaque internacional dos recursos tecnológicos utilizados no IB, destinados a preservar o bem-estar dos animais. ■

FREEPIK

DETERMINAÇÃO É O COMBUSTÍVEL QUE MOVE A PRIMEIRA ZOOTECNISTA A ASSUMIR A DIRETORIA DO IZ

Profissional esteve à frente do órgão por seis anos e foi responsável por conseguir R$ 15 milhões em investimentos para infraestrutura e capacitação de equipes no exterior

Toda sexta-feira ela acompanhava o avô no trabalho em uma fazenda, no interior de São Paulo. A experiência de infância despertou o encanto pela área de produção. Era o destino tomando seu rumo para que a Prof. Dra. Renata Helena Branco Arnandes se tornasse zootecnista e construísse uma carreira de sucesso.

Renata chegou à diretoria geral do Instituto de Zootecnia (IZ) da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA-SP), cargo em que permaneceu até 2019.

Pesquisadora do IZ desde 2005 e docente orientadora do Programa de pós-graduação em Produção Animal Sustentável do órgão, Renata encontrou no instituto a oportunidade de realizar o sonho de atuar com bovinos de corte. Entretanto, antes de realizá-lo com seu ingresso no IZ, em 2005, a vida ainda a levou a trilhar outros caminhos, no segmento de caprinos.

"Quando consegui passar para o mestrado e, depois, para o doutorado, ambos para atuar com caprinos, tive dúvidas se deveria ir em frente. Mas ouvi da minha mãe: 'nem sempre fazemos só o que gostamos'", conta a zootecnista, emocionada, ao recordar do alerta que a fez mais forte para, no futuro, atuar na área de Nutrição de bovinos, em projetos pioneiros no País.

Em 2010, Renata foi convidada para assumir a direção do Centro Avançado de Pesquisa de Bovino de Corte. Aceitou e entrou para a história como a primeira mulher à frente da divisão. Três anos depois, veio, então, a oportunidade de um desafio ainda maior: a direção geral do IZ, que já havia sido liderado por uma mulher, mas nunca por uma mulher zootecnista.

Um novo olhar sobre o IZ

Seu sim deu início a uma jornada marcada por importantes conquistas. Um projeto apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em sua gestão representou uma virada de chave no IZ. Os frutos foram os R$ 15 milhões em investimentos destinados à melhoria dos laboratórios e da infraestrutura, bem como para a capacitação de profissionais no exterior.

"Delimitei três áreas prioritárias de trabalho: a produção sustentável de leite, a produção sustentável de carne e sistemas integrados de produção", conta Renata sobre a estratégia do projeto enviado à Fapesp, que tinha para cada linha um profissional coordenador designado.

Estratégia em prol da produção

Em 2019, ao finalizar sua gestão como diretora geral do IZ, seguiu como coordenadora do Plano de Desenvolvimento Institucional de Pesquisa (PDIP) do Instituto. "Na época, o então secretário da Agricultura de São Paulo, Arnaldo Jardim, perguntou-me qual era o grande gargalo na cadeia produtiva e disse: 'sonhe grande, Renata'". A resposta era mais foco na Nutrição e na mitigação de gases de efeito estufa.

"A partir daí criamos um laboratório com tecnologia de ponta, com sistema de simulação do ambiente ruminal dos animais para estudo da eficiência alimentar e da redução da emissão de metano", conta a zootecnista. Ela enfatiza que se trata de um laboratório único no Brasil e que assemelha-se a apenas outros seis existentes no mundo.

A família como alicerce

De acordo com Renata, sua força vem da união da família. Tanto de seus pais, quando da que construiu ao se casar e ter um filho, hoje com 14 anos de idade. "Quando ele nasceu eu pensei: e agora? Mas pude contar com todo o apoio da minha mãe, que chegou a viajar comigo para me ajudar a cuidar do meu menino enquanto tocava os projetos", diz.

A zootecnista também frisa o companheirismo que nutre junto ao marido para o sucesso na administração dos compromissos de trabalho com a vida em família. "Neste aspecto, o êxito depende desta parceria entre homem e mulher." ■

OS ANIMAIS E AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES – UMA VISÃO SISTÊMICA

A análise da participação dos animais nas constelações familiares é uma adaptação daquelas idealizadas pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger a um novo modelo de família que se apresenta atualmente como multiespécie. Desta forma, reconhece-se que os animais fazem parte de um sistema familiar, exclusivamente como animais e não como substitutos de alguém. A obra trata do sistema familiar como um todo, beneficiando também os animais e aliviando suas dores e angústias por meio da visão sistêmica das constelações.

Autor: Marcos Fernandes
Editora: Vilesi

PROCEDIMENTOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS NA PRÁTICA DE GRANDES ANIMAIS

Quando se trata de trabalhar com animais de grande porte há uma ampla e variada gama de competências que deverá ser dominada pelo futuro médico-veterinário. Da contenção dos animais à colheita de amostras, do exame físico à anestesia, espera-se que os membros da equipe exerçam as melhores e mais atuais práticas. Esta obra aborda questões com esse enfoque de forma clara e concisa. A intenção das autoras foi responder objetivamente às questões críticas que surgem durante o aprendizado de um novo processo: "O que é preciso, o que se deve fazer e o que pode dar errado?". Em última análise, o objetivo da obra é fornecer respostas de modo clinicamente acessível.

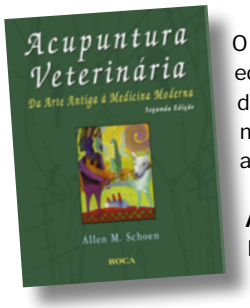
Autores: Jody Rockett e Susanna Bosted
Editora: Cengage Learning

FUNDAMENTOS DA OFTALMOLOGIA VETERINÁRIA

A terceira edição da obra destina-se tanto ao clínico quanto para o estudante, pode ser utilizada em um programa de estudos e também na rotina clínica. São considerados a sofisticação na Oftalmologia Veterinária e os tópicos mais recentes no assunto, cujo conhecimento é relevante para médicos-veterinários clínicos. São abordados os detalhes das doenças oculares menos comuns e incluídas inúmeras ilustrações, referências e textos abrangentes, além de uma tabela para guiar o clínico na decisão do encaminhamento do animal aos cuidados a um especialista.

Autores: Douglas Slatter
Editora: Roca

ACUPUNTURA VETERINÁRIA: DA ARTE ANTIGA À MEDICINA MODERNA



O livro traça a evolução da Acupuntura e detalha suas aplicações na prática da Medicina Veterinária moderna. A segunda edição traz novos capítulos sobre pesquisas, diretrizes para a seleção dos pontos, sistema de canal muscular longitudinal, biomecânica equina e terapias de manipulação veterinária. Traz uma coleção abrangente de Acupuntura para muitas espécies, incluindo um atlas canino expandido contendo todos os novos detalhes anatômicos. A obra também apresenta quadros de significado clínico que ajudam os leitores a aplicar os princípios orientais na prática clínica.

Autores: Allen M. Schoen
Editora: Roca

CRMV-SP lança guia inédito para avaliação de produtos veterinários

Em março, o CRMV-SP lançou o Guia de Boas Práticas Clínicas para Avaliação de Produtos Veterinários. Trata-se de um material inédito no Brasil, que visa contribuir para a busca da eficiência na realização de estudos clínicos.

"Embora tenhamos muitas normas em nossa legislação, até então, não contávamos com conteúdo deste tipo no País, apenas com os guias internacionais", ressalta a médica-veterinária Greyce Balthazar Lousana, presidente da Comissão Técnica de Pesquisa Clínica Veterinária do Regional.

O guia foi lançado durante o XXII Encontro Nacional de Profissionais em Pesquisa Clínica, como parte da Semana Municipal de Divulgação da Pesquisa Clínica, e entregue oficialmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Com 29 páginas, o documento elenca diretrizes para o cumprimento de regras municipais, estaduais e federais, além de protocolos tratando de bem-estar animal, conduta das equipes envolvidas, cuidados com os ambientes, bem como, o controle de resíduos e sustentabilidade. "As diretrizes propostas têm como base a garantia de mais segurança e precisão nos projetos, cujos impactos são determinantes para a sanidade dos produtos de origem animal", garante Greyce.

Para o presidente do CRMV-SP, Mário Eduardo Pulga, materiais como o novo guia vão na direção de um dos principais focos de empenho do Conselho: a orientação dos colegas para a excelência dos serviços na Medicina Veterinária. "Com o guia, nosso objetivo é agregar à classe, em especial aos que exercem a responsabilidade técnica em Pesquisa Clínica Veterinária", disse.

O médico-veterinário Marcos Vinícius de S. Leandro Júnior, coordenador de Registro e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário do Mapa, elogiou a criação do material e enfatizou a contribuição do conteúdo. "Com certeza vai ajudar muito nos diálogos do Ministério, que tem trabalhado com foco na Saúde Única", afirmou.

O argumento foi endossado pelo vice-presidente executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), Emílio Carlos Salani, que considera que há uma grande aplicabilidade para o guia e que o material será de grande valia aos profissionais que atuam em projetos de pesquisa clínica.

ACERVO CRMV-SP

A presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP, médica-veterinária Rosemary Viola Bosch, também participou do evento de lançamento e comentou que o material vem para somar ao que já consta no Manual de Responsabilidade Técnica e Legislação do CRMV-SP, que teve nova edição revisada em 2019. "O Guia traz um maior detalhamento, no que diz respeito à Pesquisa Clínica Veterinária", frisa Rosemary.

Material disponível no site do CRMV-SP

Guia e norma técnica sobre resíduo animal

A Comissão de Saúde Ambiental e o Grupo de Trabalho sobre Destinação de Resíduos Gerados nas Atividades Agropecuárias do CRMV-SP estão trabalhando na elaboração de um manual sobre destinação e disposição, ambientalmente corretas, dos principais resíduos gerados na produção animal, com vistas a minimizar as dificuldades dos profissionais que atuam no setor da agropecuária.

"A legislação ambiental para a área da Medicina Veterinária não é muito clara. Por isso, proporcionar que os profissionais tenham acesso à essas informações é o nosso objetivo", explica Elma Polegato, presidente da Comissão e do Grupo.

Para compor este trabalho, será disponibilizado um questionário no site do Regional com perguntas sobre manejo e destinação de resíduos, que poderá ser respondido por profissionais que atuam na área. "As respostas nos ajudarão a elaborar um material prático e útil aos colegas", afirma Elma. A previsão é que o manual seja disponibilizado aos profissionais no segundo semestre deste ano.

Em paralelo, a Comissão e o GT também estão trabalhando, junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na produção de uma norma a respeito de resíduos na área animal. Mais de 30 profissionais estão colaborando com sugestões, dentre eles representantes de entidades que atuam na área veterinária, como o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos de Saúde Animal (Sindan), entre outros.

"As normas da ABNT são nacionais, por isso, o olhar deve ir além do estado de São Paulo e abarcar diferentes contextos da produção e geração de resíduos, na área urbana e rural", enfatiza Elma.

A minuta será apresentada no segundo semestre para apreciação da ABNT.

PIXABAY

Nutrição Animal e Responsabilidade Técnica em pauta

As Comissões de Nutrição Animal e Responsabilidade Técnica do CRMV-SP estão liderando um projeto intitulado "Nutrição Responsável", que tem como objetivo dialogar e conectar diferentes agentes em prol da responsabilidade e respeito à ciência da nutrição. A iniciativa trabalhará em diferentes frentes, por meio da interação com empresas, profissionais e sociedade. "Queremos dialogar com agentes do segmento, envolvendo todos os elos da cadeia, reconhecendo a responsabilidade desta atividade como a de outras especialidades", explica Carolina Padovani Pires, membro da Comissão de Responsabilidade Técnica. As comissões também visam desenvolver materiais informativos, com foco no esclarecimento da importância de uma prescrição/recomendação criteriosa. ■

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Regional de Medicina Veterinária, na 93ª Sessão Especial de Julgamento, nos autos do Processo Ético-profissional CFMV nº 1166/2020 (CRMV-SP 0008/2016), vem executar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, por 90 (noventa) dias, com fundamento no artigo 33, alínea "d" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada ao médico-veterinário DOUGLAS ROBERTO FRIGO, inscrito neste Regional sob o nº 15.675-VP, pela violação aos Arts. 1º; 3º; 6º, Incisos I e 14, Incisos I e VII, todos do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. CFMV nº 722/2002).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Regional de Medicina Veterinária, na 86ª Sessão Especial de Julgamento, nos autos do Processo Ético-profissional nº. 0112/2014, vem executar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, por 30 (trinta) dias, com fundamento no artigo 33, alínea "d" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária JULIANA DOS SANTOS CONCEIÇÃO, inscrita neste Regional sob o nº 25.001-VP, pela violação ao Art. 9º, inciso I, alíneas "a" e "b" do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. CFMV nº 1.138/2016).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Federal de Medicina Veterinária, na 94ª Sessão Especial de Julgamento, nos autos do Processo Ético-profissional CFMV nº 2873/2019 (CRMV-SP 0043/2017), vem executar a penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, por 90 (noventa) dias, com fundamento no artigo 33, alínea "d" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária RENATA SOUSA DE FREITAS DA COSTA, inscrita neste Regional sob o nº 22.917-VP, pela violação aos Artigos 1º; 3º; 4º, 6º, incisos XI, 13, inciso V e XIX, 14, Inciso I e V e 25, inciso I, todos do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. CFMV nº 722/2002).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), reunido na 519ª Sessão Plenária, realizada em 27/10/2020, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV n.º 1138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO em favor da empresa Vet Support Clínica de Medicina Veterinária Intensiva LTDA, devidamente registrada no CRMV-SP sob o n.º 26.638/PJ, localizada no município de São Paulo, tendo em vista ter sido ofendida em rede social de forma infundada e sem base fática, especificamente em relação a fatos ocorridos em 14 de fevereiro de 2020, conforme voto apresentado pelo conselheiro relator Professor Doutor Fábio Fernando Ribeiro Manhoso.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), reunido na 523ª Sessão Plenária, realizada em 24/02/2021, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV n.º 1138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO em favor da médica veterinária Lilian C. Sanchez (CRMV-SP nº 21514-VP), responsável técnica do Hospital Veterinário Vet. Care Ltda - ME, devidamente registrado no CRMV-SP sob o n.º 24.406/PJ, localizado no município de São Paulo, tendo em vista ter sido ofendida em rede social, de forma infundada sem base fática, especificamente em relação a fatos ocorridos em 01 de dezembro de 2020, conforme voto apresentado pelo conselheiro relator Professor Doutor Fábio Fernando Ribeiro Manhoso.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), reunido na 523ª Sessão Plenária, realizada em 24/02/2021, nos termos do art. 7º, inciso III, da Resolução CFMV n.º 1138/2016 (Código de Ética do Médico-veterinário), apreciou e aprovou ATO DE DESAGRAVO PÚBLICO em favor da médica veterinária Ana Cristina Souza Pereira (CRMV-SP nº 23.662-VP), tendo em vista ter sido ofendida em rede social (depoimento no Google), de forma infundada e sem base fática, especificamente em relação a fatos ocorridos em 21 de dezembro de 2019, conforme voto apresentado pelo conselheiro relator Professor Doutor Fábio Fernando Ribeiro Manhoso.

Méd.-vet. Mário Eduardo Pulga
CRMV-SP nº 02715
Presidente

As informações referentes à **lista de inscrições** e **movimentação de profissionais** estão disponíveis no *site* **www.crmvsp.gov.br**

Janeiro a Março de 2021	Resumo (R$)
SALDO BANCÁRIO INICIAL	28.737.385,12
Receitas	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	21.592.184,77
Multas p/ Infração	55.399,02
Honorários Advocatícios	147.729,62
Ressarcimentos	1.164,50
Rentabilidade Aplicações	134.601,76
Total Receitas	**21.931.079,67**
Despesas	
Salários/Férias/13º Salário	1.676.754,05
Benefícios/Encargos	1.328.022,49
Material de Consumo	47.942,79
Aluguéis/Condomínios/IPTU/Seguros	285.458,06
Telefone/Energia Elétrica/Água	36.168,57
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	135.333,75
Desp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	58.695,25
Auxílio Representação	900,00
Auxílio Despesas	29.280,00
Serviços de Terceiros	137.397,99
Manutenção e Conservação de Bens	34.405,78
Suprimentos Delegacias e Fiscais	58.686,17
Serviços de Informática	60.436,28
Indenizações e Restituições	31.353,72
Repasse Honorários Advocatícios	73.311,05
Desp. Ações Executivas	56.975,05
Serviços Postais e Telegráficos	192.357,77
Serviços Divulgação e Publicidade	409.907,614
Impostos/Taxas/Tarifas/Pedágio	1.991,14
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	27.135,00
Cota Parte CFMV	5.427.704,86
Despesas Bancárias	141.616,38
Compra de Bens	-
Total Despesas	**10.251.833,76**
SALDO BANCÁRIO FINAL	**40.416.631,03**
Composição Saldo Bancário	**-**
Bco Brasil - BB CDB DI	23.953.068,31
Bco Brasil - Capitalização	100.000,00
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	-
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	112.896,66
CEF - CDB FLEX	16.185.323,64
CEF - Santa Cruz	65.342,42
Total	**40.416.631,03**

4º Encontro de Zootecnistas

Às 18h, on-line

Painéis

11/05

Zootecnia: engrandecendo a economia e o agronegócio nacional

Paulo Marcelo Tavares Ribeiro, Luiz Ayrosa e Sulivan Pereira Silva

12/05

Zootecnia e Educação: da universidade para o mercado

Celso Carrer, Célia Carrer e Ana Claudia Ambiel

13/05

Zootecnia e Genética: ampliando a capacidade de produção animal

Liliane Suguisawa, William Koury Filho e Tabatha Silva Rosini Lacerda